

Os Autores

Sónia Cardoso

Investigadora do Gabinete de Estudos e Análise da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) e do Centro de Investigação de Políticas de Ensino Superior (CIPES).

Teresa Carvalho

Professora Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro e investigadora do Centro de Investigação de Políticas de Ensino Superior (CIPES).

Rui Santiago

Professor Associado com Agregação do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro e investigador do Centro de Investigação de Políticas de Ensino Superior (CIPES).

Sofia Sousa

Investigadora do Centro de Investigação de Políticas de Ensino Superior (CIPES).

Orlanda Tavares

Investigadora do Gabinete de Estudos e Análise da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) e do Centro de Investigação de Políticas de Ensino Superior (CIPES).

A Obra

O presente estudo promove a análise e caracterização do grupo profissional dos académicos portugueses na actualidade. Pretende-se, com esta análise, não só contribuir para um conhecimento mais substancial sobre estes profissionais no contexto do sistema de ensino superior Português como, também, permitir a mobilização deste conhecimento em futuros esforços de conceptualização e teorização sobre os desafios e problemas que emergem neste campo.

ACADÉMICOS NO SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR PORTUGUÊS

Sónia Cardoso
Teresa Carvalho
Rui Santiago
Sofia Sousa
Orlanda Tavares

A3ES

Agência de Avaliação
e Acreditação
do Ensino Superior

ACADÉMICOS NO SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR PORTUGUÊS

Sónia Cardoso
Teresa Carvalho
Rui Santiago
Sofia Sousa
Orlanda Tavares

A3ES READINGS

FICHA TÉCNICA

Autor(es): Cardoso, Sónia; Carvalho, Teresa; Santiago, Rui;
Sousa, Sofia; Tavares, Orlanda

Título: ACADÉMICOS NO SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR PORTUGUÊS

Data: 2014

Editor: Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior
Praça de Alvalade, n.º 6 – 5.º Frente
1700-036 LISBOA
www.a3es.pt
a3es@a3es.pt

Colecção/Série: A3ES READINGS N.º12

Design gráfico/capa:
Ângela Calheiros

ISBN: 978-989-98511-4-6

ÍNDICE

ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS	iv
1. INTRODUÇÃO	1
2. METODOLOGIA	3
3. CARACTERIZAÇÃO GERAL	7
3.1. Distribuição por setor e subsistema de ensino superior	7
3.2. Qualificações académicas	9
3.3. Situação na carreira	25
3.4. Recrutamento dos académicos: o fenómeno do <i>inbreeding</i>	36
3.5. Experiência académica	46
3.6. Referências e publicações	52
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	69
ANEXOS	73
Anexo 1 – Exemplo de ficha individual	75
Anexo 2 – Grelha de variáveis e categorias	77

ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS

TABELAS

Tabela 1 – Distribuição dos académicos por setor e subsistema de ensino superior	7
Tabela 2 – Distribuição dos académicos por sexo	8
Tabela 3 – Distribuição dos académicos por sexo, setor e subsistema	9
Tabela 4 – Distribuição dos académicos por qualificação, setor e subsistema	10
Tabela 5 – Distribuição dos académicos por área científica da qualificação académica	11
Tabela 6 – Distribuição dos académicos por área científica da qualificação nas universidades públicas	14
Tabela 7 – Distribuição dos académicos por área científica da qualificação nas universidades privadas	15
Tabela 8 – Distribuição dos académicos por área científica da qualificação nos politécnicos públicos	16
Tabela 9 – Distribuição dos académicos por área científica da qualificação nos politécnicos privados	17
Tabela 10 – Distribuição dos académicos por posição na carreira e setor, no subsistema universitário	20
Tabela 11 – Distribuição dos académicos por posição na carreira e setor, no subsistema politécnico	22
Tabela 12 – Distribuição dos académicos por sexo e categoria profissional no subsistema universitário	24
Tabela 13 – Distribuição dos académicos por sexo e categoria profissional no subsistema politécnico	25
Tabela 14 – Distribuição dos académicos por categoria profissional e qualificação académica nas universidades públicas	28
Tabela 15 – Distribuição dos académicos por categoria profissional e qualificação académica nas universidades privadas	29
Tabela 16 – Distribuição dos académicos por categoria profissional e qualificação académica nos politécnicos públicos	30
Tabela 17 – Distribuição dos académicos por categoria profissional e qualificação académica nos politécnicos privados	31
Tabela 18 – Distribuição dos académicos por regime de tempo e categoria profissional no subsistema universitário	34

Tabela 19 – Distribuição dos académicos por regime de tempo e categoria profissional no subsistema politécnico	35
Tabela 20 – Distribuição dos académicos em situação de não <i>inbreeding</i> , de acordo com o tipo de instituição onde obtiveram a qualificação	37
Tabela 21 – Evolução dos doutoramentos em Portugal nas universidades públicas e privadas	39
Tabela 22 – Experiência académica por subsistema e setor	47
Tabela 23 – Experiência académica por sexo nos dois subsistemas e setores de ensino superior	49
Tabela 24 – Experiência académica por categoria profissional no subsistema universitário	50
Tabela 25 – Experiência académica por categoria profissional no subsistema politécnico	51
Tabela 26 – Publicações dos académicos	53
Tabela 27 – Publicações por tipo de IES	54
Tabela 28 – Publicações por tipo de qualificação	55
Tabela 29 – Total de publicações por área científica da qualificação	57
Tabela 30 – Tipo de publicações por área científica da qualificação	59
Tabela 31 – Publicações por categoria profissional nas universidades públicas e privadas	61
Tabela 32 – Publicações por categoria profissional nos politécnicos públicos e privados	62

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição dos académicos por sexo e área científica da qualificação no subsistema universitário	19
Gráfico 2 – Distribuição dos académicos por sexo e área científica da qualificação no subsistema politécnico	19
Gráfico 3 – <i>Inbreeding</i> no sistema de ensino superior	37
Gráfico 4 – <i>Inbreeding</i> por setor e tipo de IES	38
Gráfico 5 – <i>Inbreeding</i> por tipo de grau académico	39
Gráfico 6 – <i>Inbreeding</i> por área científica do doutoramento	41
Gráfico 7 – <i>Inbreeding</i> por sexo	42
Gráfico 8 – Distribuição dos académicos em situação de não <i>inbreeding</i> , por sexo e tipo de IES conferente do doutoramento	43
Gráfico 9 – <i>Inbreeding</i> por categoria profissional	44
Gráfico 10 – Distribuição dos académicos por diferentes tipos de experiências	46
Gráfico 11 – Publicações por sexo	63
Gráfico 12 – Tipo de publicação por situação de <i>inbreeding</i> e não <i>inbreeding</i> dos académicos	65
Gráfico 13 – Tipo de publicação dos académicos em situação de não <i>inbreeding</i> por nacionalidade da IES conferente de doutoramento	65

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

A3ES	Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior
CNAEF	Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação
ES	Ensino Superior
GPEARI/MCTES	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais/Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
IES	Instituição/ões de Ensino Superior

1. INTRODUÇÃO

A forte expansão do ensino superior em Portugal surgiu, em paralelo, com a institucionalização da democracia (Lima, 2012; Magalhães & Santiago, 2012). Traduzida na substituição de um sistema de elite por um sistema massificado, esta expansão foi realizada com base na crescente diversificação das instituições de ensino superior (IES) públicas, primeiro, com a consolidação e/ou criação de novas universidades e, posteriormente, da rede de institutos politécnicos que cobria todo o território nacional (Amaral et al., 2002). A emergência de um subteror privado, nos dois subsistemas de ensino superior (ES), contribui, igualmente, para esta diversificação do sistema, assim como para o aumento da diversidade institucional (Amaral & Teixeira, 2000; Teixeira, 2012).

Esta reconfiguração do sistema produziu impactos estruturantes a todos os níveis, incluindo uma profunda recomposição social e institucional da profissão académica¹. De uma profissão de ‘elite’, refletindo o próprio caráter elitista do sistema, esta foi crescentemente assumindo os traços sociais de uma profissão ‘chave’ (Perkins, 1969). Tal expressão traduz, simultaneamente, a importância social, a influência e o papel que a profissão académica foi ocupando na sociedade portuguesa. Paralelamente, a diversificação e a diversidade instaladas no sistema segmentou e fragmentou a profissão académica, processos que foram, igualmente, acompanhados por um aumento da sua feminização (Carvalho, 2012) e, ainda, pela tendência para a precarização das relações de trabalho na academia (Carvalho et al., 2014). Em parte, esta tendência resulta da própria evolução do modelo de desenvolvimento económico capitalista. Nos últimos anos, esta evolução tem vindo a consubstanciar-se em profundas alterações nas formas de trabalho que lhe estão associadas.

Apesar de amplamente analisadas e discutidas em vários estudos nacionais e internacionais, as mudanças e reconfigurações da profissão académica não se encontram, ainda, suficientemente perspetivadas em termos da caracterização geral dos académicos. No caso português, esta caracterização é particularmente relevante, dada a possibilidade de complementar os estudos, quantitativos e qualitativos, já existentes. Estes abordam, basicamente, apenas aspetos parciais dos contextos, das práticas profissionais e institucionais, ou das realidades com as quais os académicos portugueses se confrontam. Apesar do esforço já desenvolvido no sentido de aprofundar o conhecimento sobre as várias dimensões estruturantes da profissão académica, continuam em aberto algumas questões às quais este estudo procura responder, a saber: Qual o número de académicos em Portugal? De que forma se distribuem por setor e subsistema? Qual a sua situação na carreira? Como se processa o seu recrutamento e integração nas IES? Que contributo oferecem à produção científica nacional?

¹ Por académicos entendemos, neste estudo, todos os profissionais que desenvolvem atividades de lecionação nas IES portuguesas, independentemente de se dedicarem, ou não, a atividades de investigação.

Deste modo, o principal objetivo deste estudo é o de proceder a uma caracterização do grupo profissional dos académicos portugueses. Para concretizar este objetivo, são mobilizadas diversas dimensões de análise, em particular, a distribuição dos académicos por setor (público/privado) e subsistema (universitário/ politécnico) de ensino superior; sexo; qualificações; situação na carreira, incluindo o recrutamento e seleção; tipo de experiências académicas; e publicações.

O estudo sustenta-se nos dados disponibilizados pelas fichas individuais dos docentes, preenchidas aquando do processo de acreditação preliminar, promovido pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) no ano letivo 2010/2011. A informação proporcionada por este conjunto de dados foi agregada e sistematizada numa base de dados (SPSS), integrando a totalidade dos académicos portugueses (N=34,986). Esta informação constitui-se como uma mais-valia, quer para a acumulação de um conhecimento mais substancial sobre o sistema de ensino superior Português, quer para a mobilização deste conhecimento em futuros esforços de conceptualização e teorização sobre os desafios e problemas que vão surgindo neste campo.

Na secção subsequente deste trabalho apresenta-se a **Metodologia** que sustenta a análise e discussão dos dados. Esta análise encontra-se subdividida em seis subsecções, que correspondem aos temas selecionados para a caracterização geral dos académicos.

2. METODOLOGIA

Esta secção pretende explicitar os métodos e técnicas usados na recolha e análise dos dados que sustentam o estudo. Estes dados foram obtidos através das fichas curriculares preenchidas pelos docentes de todas as IES portuguesas durante o processo de acreditação preliminar, desenvolvido pela A3ES, no ano letivo 2010/2011 (ver **Anexo 1**). As fichas, pré-definidas pela Agência, solicitavam informação sobre cinco componentes principais relativas à situação académica dos docentes: (1) informação pessoal do docente; (2) formação académica; (3) investigação e/ou atividades de desenvolvimento profissional de alto nível (até cinco referências); (4) experiência profissional relevante (até cinco referências); e (5) distribuição de serviço anual.

Apenas os dados referentes às quatro primeiras componentes da situação académica dos docentes, diretamente enquadradas no propósito deste estudo, foram objeto de recodificação, sistematização e transformação, por forma a torná-los suscetíveis de serem mobilizados para as análises empíricas empreendidas. A criação e utilização de uma base de dados (SPSS) permitiu a realização das diferentes operações referidas. Este conjunto de processos iniciou-se com a construção de uma grelha, estruturada com base em diversas variáveis, a qual permitiu capturar, decompor e tornar mais inteligíveis os dados em bruto contidos nas fichas curriculares (ver **Anexo 2**). Foi, assim, possível, proceder a uma análise quantitativa mais detalhada dos dados (com base em análises de frequências e cruzamento de variáveis), em cada uma das quatro componentes da situação académica dos docentes. Para esta análise foram selecionadas as variáveis que se configuraram como mais relevantes para a caracterização geral dos académicos, a saber: sexo; tipo de IES; grau; área científica do grau; coincidência entre a IES que conferiu o grau e aquela onde os académicos exercem a sua atividade; categoria profissional; regime de tempo; experiência académica; e referências de investigação e/ou atividades de desenvolvimento profissional de alto nível.

A elaboração da grelha de análise pressupôs, em algumas situações, processos de organização e sistematização da informação, enquanto, noutras situações, implicou a sua seleção e restrição. Tal foi o caso, por exemplo, da informação relacionada com a variável área científica do grau mais elevado detido pelos académicos. Dada a diversidade dos dados foi necessário agregar a informação recorrendo à Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação – CNAEF (Portaria 256/2005). Com base nesta classificação, foram definidas nove grandes áreas científicas para classificar o grau obtido pelos académicos, as quais, por seu turno, agregam um conjunto de áreas afins, mais específicas:

1. Programas gerais: Programas de base, Alfabetização e Desenvolvimento pessoal;
2. Educação: Formação de professores/formadores e Ciências da Educação;
3. Artes e Humanidades: Artes e Humanidades;
4. Ciências Sociais, Comércio e Direito: Ciências Sociais e do Comportamento, Informação e Jornalismo, Ciências Empresariais e Direito;

5. Ciências, Matemática e Informática: Ciências da Vida, Ciências Físicas, Matemática e Estatística e Informática;
6. Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção: Engenharia e técnicas afins, Indústrias Transformadoras, Arquitetura e Construção;
7. Agricultura: Agricultura, Silvicultura e pescas e Ciências Veterinárias;
8. Saúde e Proteção Social: Saúde e Serviços Sociais;
9. Serviços: Serviços Pessoais, Serviços de Transporte, Proteção do Ambiente e Serviços de Segurança.

Foi, ainda, criada uma outra área que englobou as áreas científicas de formação desconhecidas e/ou não especificadas. Dado o número residual de casos incluídos nesta área, bem como na de Programas Gerais, os mesmos não foram considerados para a discussão dos resultados, independentemente do tipo de análise produzida.

A mesma lógica presidiu à sistematização e análise da informação referente às componentes experiência académica e referências de investigação e/ou atividades de desenvolvimento profissional de alto nível. No primeiro caso, as cinco experiências académicas mais relevantes identificadas pelos docentes, foram catalogadas em cinco variáveis nominais – Experiência Académica 1, 2, 3, 4 e 5. A informação compreendida por cada uma destas variáveis foi sistematizada em sete categorias distintas, correspondendo, respetivamente: (a) à gestão das IES, das suas unidades orgânicas e/ou dos cursos – gestão de topo, gestão intermédia e gestão científica e pedagógica; (b) à participação em comissões/grupos institucionais diversos (no âmbito da qualidade e avaliação, por exemplo); (c) à docência noutras IES (que não aquelas às quais os académicos se encontravam contratualmente ligados à época do preenchimento das fichas); (d) à docência e/ou atividade de formação profissional em instituições de ensino não superior; (e) à participação em projetos de investigação científica; (f) à coordenação de unidades e/ou equipas de investigação; (g) e a outras atividades de natureza académica, tais como a revisão de artigos científicos para publicações, ou o acompanhamento da formação prática dos estudantes em contexto de estágio.

Porém, de modo a tornar viável a caracterização, em termos globais, das experiências dos docentes, foi necessário criar um índice de agregação dos dados obtidos nas diferentes cinco variáveis nominais. Por esta razão, o número de registos relativos à experiência académica (73,672) não corresponde ao número de académicos da base (34,986). A construção deste índice de agregação não estabelece nenhuma hierarquização (ordem de importância) das experiências, uma vez que tal não era solicitado nas fichas. Adicionalmente, é necessário ter em atenção que, se houve docentes que identificaram as cinco experiências permitidas, outros, ou não as registaram, ou apenas o fizeram parcialmente (tendo identificado menos do que cinco).

No segundo caso – referências à investigação e/ou a atividades de desenvolvimento profissional de alto nível – uma vez que este item da ficha também solicitava cinco registos, seguiu-se um processo semelhante ao anterior na organização dos dados.

A informação correspondente a cada uma das cinco variáveis nominais – identificadas – Referências 1, 2, 3, 4 e 5 – foi sistematizada em onze categorias, relativas à publicação e/ou atividade profissional nos seguintes domínios: (a) Livros nacionais; (b) Livros internacionais; (c) Capítulos nacionais; (d) Capítulos internacionais; (e) Artigos nacionais (f) Artigos internacionais; (g) Artigos em atas nacionais; (h) Artigos em atas internacionais; (i) Atividade artística; (j) Teses/dissertações; (l) Outros (trabalhos de pós-graduação manuais escolares, cd-roms, material didático, etc.). Também, neste caso, foi construído um índice de agregação que não implicou qualquer tipo de hierarquização das referências registadas nas fichas individuais. Contudo, este índice foi assumido como uma tendência geral das publicações dos académicos, reportada ao momento do preenchimento destas fichas. Não obstante, reconhece-se que este índice agregado não espelha fielmente a realidade da produção científica nacional, dado que nem todos os académicos mencionaram as cinco referências/atividades de desenvolvimento profissional solicitadas. Do total de académicos que integra a base, 21,355 registaram algum tipo destas referências. Contudo, o seu não registo pelos restantes académicos, não significa, necessariamente, que estes não desenvolvam investigação científica e/ou desempenhem atividades de desenvolvimento profissional. Pode querer apenas significar que não consideraram relevante mencionar essa informação. Tal hipótese alerta para a necessidade de reconhecer um estatuto específico a este tipo de dados. Estes surgem mais como o resultado da perceção da sua valorização no processo de acreditação preliminar, do que como a expressão objetiva da investigação e atividades dos académicos. De facto, nas fichas individuais não existia uma indicação precisa do tipo de referências que os académicos deveriam privilegiar.

Por último, no caso da variável nominal categoria profissional, foram consideradas, tanto para o subsistema universitário, como para o politécnico, as categorias profissionais anteriores ao novo quadro legal (Decretos-Lei 205/2009 e 207/2009). Neste sentido, foram mantidas, no universitário, as categorias de Assistente e de Assistente Estagiário, bem como as de Monitor e Leitor e, no politécnico as de Assistente do 1º e 2º triénios, de Especialmente Contratados e de Especialistas. A manutenção destas categorias ficou a dever-se ao facto de o novo enquadramento legal da profissão académica permitir a sua manutenção, durante um período transitório, até à sua extinção. Tendo em atenção o carácter residual das categorias de Leitor, Monitor, Especialmente Contratados e Especialistas, estas foram codificadas no indicador Outros. Esta categoria integra, além disso, outras designações, usadas pelos académicos, na identificação da sua categoria profissional. Por último, importa salientar que, para as análises empreendidas, foram consideradas, para ambos os setores (público e privado), as mesmas categorias profissionais não obstante a inexistência de um enquadramento legal similar para a carreira académica no setor privado. Esta opção prendeu-se com a auto classificação dos académicos, do setor privado, de acordo com as categorias profissionais do público.

Na secção seguinte deste estudo apresentam-se, nas suas diferentes subsecções, os principais resultados das análises descritivas e cruzamentos de variáveis realizados com base no conjunto de dados anteriormente identificado.

3. CARACTERIZAÇÃO GERAL

Esta secção do estudo pretende caracterizar, em termos gerais, os académicos das IES portuguesas. Esta caracterização organiza-se em seis subsecções, que dão conta, respetivamente, da distribuição dos académicos por setor e subsistema; qualificações; situação na carreira; recrutamento e seleção, perspetivados a partir da prevalência do fenómeno do *inbreeding*; experiências académicas; e publicações.

3.1. Distribuição por setor e subsistema de ensino superior

A informação obtida sobre os académicos permite-nos proceder a uma caracterização da sua distribuição por setor e subsistema de ensino superior.

Como ilustrado na **Tabela 1**, a maioria dos académicos está vinculada ao setor público (70,4%) e, sobretudo, ao subsistema universitário (61,2%). As universidades públicas congregam quase metade da população académica (42,7%). Seguem-se-lhes os politécnicos públicos (27,7%), as universidades privadas (18,5%) e, por último, os politécnicos privados (10,9%). Os dados demonstram a existência de mais académicos no setor público do que aqueles revelados por inquéritos mais recentes, e que registam 23,653 docentes nas IES públicas (13,959 nas universidades e 9,694 nos politécnicos) (DGAEP, 2013).

Tabela 1 – Distribuição dos académicos por setor e subsistema de ensino superior

Setor	Subsistema	N	%
Público	Universitário	14927	42,7
	Politécnico	9689	27,7
	Subtotal	24616	70,4
Privado	Universidade	6482	18,5
	Politécnico	3804	10,9
	Subtotal	10286	29,4
Total		34902	99,8
Omissos		84	0,2
Total		34986	100

O número substancial de IES privadas, existente em Portugal, poderia fazer supor que a estas também estaria vinculado um maior número de docentes. De acordo com dados da A3ES, a rede de ensino superior, em 2012, era constituída por 47 instituições públicas (18 universidades e 29 politécnicos) e 75 instituições privadas (27 universidades e 48 politécnicos) (Carvalho et al., 2014). Assim, apesar das instituições do setor privado serem mais numerosas, o número de estudantes que as integram é menor

(Sá et al., 2013), pelo que o número efetivo de académicos é inferior ao do setor público. O facto da dimensão, em geral, das IES privadas ser, também, mais reduzida, conduz a que estas se centrem em especializações ou ‘nichos’ de formação, o que, consequentemente, exige um quadro mais reduzido de docentes. Por fim, o número inferior de docentes nas instituições privadas pode, ainda, ser explicado pelo facto de os académicos possuírem dupla afiliação, o que poderá significar que, em certa medida, o setor privado recorre aos recursos humanos do setor público (Teixeira, 2012).

Uma dimensão importante da caracterização dos académicos em qualquer sistema de ensino superior é o género, o que justifica o desenvolvimento de uma análise tendo por base a variável sexo. Assim, é possível verificar que do total dos 34,986 académicos, a maioria (56,9%) são homens (**Tabela 2**).

Tabela 2 – Distribuição dos académicos por sexo

Sexo	N	%
Mulheres	15080	43,1
Homens	19906	56,9
Total	34986	100

A proporção de mulheres na academia portuguesa, apesar de inferior à dos homens, é, de facto, consideravelmente superior à verificada na maioria dos países desenvolvidos (Carvalho & Machado, 2010; Carvalho & Machado, 2011; EU, 2006; 2009; OECD, 2006). Em particular, estes dados estão próximos da realidade dos países do Norte da Europa, onde existe uma forte tradição de preocupação política com a igualdade de género. Os efeitos desta preocupação têm vindo a ser expressos nos relatórios mundiais de igualdade de género, do *World Economic Forum*, onde os países nórdicos têm vindo sempre a ocupar as posições cimeiras (WEF, 2012).

Em Portugal, a considerável participação das mulheres enquanto docentes do ensino superior decorre do processo de massificação e democratização deste setor, correspondendo a uma tendência, observada em todos os países desenvolvidos, para a sua aparente feminização (Leathwood & Read, 2009). Está relacionada, igualmente, com a forte tradição da participação das mulheres portuguesas no mercado de trabalho (Nogueira et al., 1995; Cabral-Cardoso, 2004). Importa realçar, porém, que a feminização observada ao nível dos académicos está longe de igualar a registada para o caso dos estudantes (Carvalho, 2012). De facto, em 2008/09, havia, no ensino superior português, mais estudantes mulheres do que homens (53,4% vs. 46,6%) (Fonseca, 2012).

Uma compreensão mais aprofundada deste fenómeno implica, por conseguinte, uma análise mais cuidada da distribuição dos académicos por sexo, setor e subsistema de ensino superior. Esta distribuição revela que, apesar dos homens serem sempre maioritários, a sua proporção altera-se em função dos setores (público e privado) e subsistemas (universitário e politécnico) de ensino superior (**Tabela 3**).

Tabela 3 – Distribuição dos académicos por sexo, setor e subsistema

Sexo		Universidade		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Mulheres	N	5986	2676	4467	1917	15046
	%	40,1	41,3	46,1	50,4	43,1
Homens	N	8941	3806	5222	1887	19856
	%	59,9	58,7	53,9	49,6	56,9
Total	N	14927	6482	9689	3804	34902
	%	100	100	100	100	100

NB: o número total de académicos difere do número de fichas devido à existência de casos omissos, correspondendo ao não preenchimento de alguns campos.

Os dados da **Tabela 3** permitem concluir que as diferenças entre sexos são mais notórias entre subsistemas do que entre setores de ensino superior. Tanto no setor público, como no privado, é no subsistema universitário que a percentagem de homens (59,9% no público e 58,7% no privado) é claramente superior à das mulheres (40,1% no público e 41,3% no privado). Tal poderá ficar a dever-se ao facto da institucionalização dos politécnicos no sistema ser mais tardia (década de 1980). Isto significa que estas instituições tiveram necessidade de contratar profissionais numa altura em que os processos de massificação e de democratização permitiam um aumento considerável do número de mulheres diplomadas. Por outro lado, é nos politécnicos que se concentra grande parte da formação que conduz a profissões onde o número de mulheres é mais elevado, como a Educação e a Saúde, em particular a Enfermagem.

Não obstante, esta tendência confirma as conclusões de estudos internacionais, que afirmam que a participação das mulheres como docentes no ensino superior está diretamente ligada ao prestígio das instituições. Verifica-se que, no campo do ensino superior, à medida que aumenta o capital simbólico da instituição diminui o número de mulheres que fazem parte dos seus quadros (Bagilhole, 2000).

Tendo caracterizado a distribuição dos académicos portugueses por setor, subsistema e sexo, procuramos, em seguida, desenvolver esta caracterização, recorrendo à análise das suas qualificações. Esta análise tem por base a variável grau académico, assumida neste estudo como o grau mais elevado obtido pelos académicos (doutoramento, mestrado, licenciatura, bacharelato, ou outro).

3.2. Qualificações académicas

A caracterização dos académicos, em termos das suas qualificações, tem por base a informação fornecida a propósito dos graus de acesso à carreira, quer nas condições consignadas nos Decretos-lei 205/2009 e 207/2009, quer nos anteriores estatutos (Decretos-lei 448/1979 e 185/1981).

A análise das qualificações revela que o grau de doutoramento é apenas detido por 44,8% dos académicos portugueses (**Tabela 4**). Alinhado com o que é avançado por alguns estudos (Carvalho et al., 2014), este resultado confirma que, em Portugal, mais de metade dos académicos não possui doutoramento. Em grande medida tal é consequência de uma menor exigência, ao nível das qualificações, para o acesso à carreira no politécnico.

Tabela 4 – Distribuição dos académicos por qualificação, setor e subsistema

		Público		Privado		Total
		Universitário	Politécnico	Universitário	Politécnico	
Doutoramento	N	10196	2117	2491	759	15563
	%	68,5	22	38,5	20,1	44,8
Mestrado	N	2095	4348	2093	1472	10008
	%	14,1	45,2	32,4	38,9	28,8
Licenciatura	N	2585	3066	1845	1510	9006
	%	17,4	31,9	28,6	39,9	25,9
Bacharelato	N	6	51	14	32	103
	%	0	0,5	0,2	0,8	0,3
Outros	N	6	32	19	11	68
	%	0	0,3	0,3	0,3	0,2
Total	N	14888	9614	6462	3784	34748
	%	100	100	100	100	100

NB: o número total de académicos difere do número de fichas devido à existência de casos omissos, correspondendo ao não preenchimento de alguns campos.

A vertente mais vocacional do subsistema politécnico sustenta a legitimidade da existência de diferentes condições de acesso à carreira nos dois subsistemas de ensino superior. Entre 1981 e 2009, o bacharelato, juntamente com a licenciatura, constituíram os graus mais frequentes para a entrada no primeiro patamar da carreira. Assim sendo, é de alguma forma expectável que a maioria dos académicos com bacharelato se encontre no politécnico, ainda que a sua proporção seja residual (0,3% dos académicos). De facto, 0,5% dos académicos do politécnico público e 0,8% do privado detêm este grau, enquanto nas universidades este é praticamente inexistente. Porém, a licenciatura adquire maior relevância entre os académicos do subsistema politécnico (31,9% nos politécnicos públicos e 39,9% nos privados), especialmente quando esta situação é comparada com a do subsistema universitário (17,4% e 28,6% nas universidades públicas e privadas, respetivamente). Além dos dois anteriores graus, o mestrado constituiu uma qualificação necessária para a progressão dos académicos na carreira politécnica. Por isso, não é de estranhar que o mestrado seja, ainda, o grau mais frequente entre os académicos deste subsistema (45,2% dos académicos nos politécnicos públicos e 38,9% nos politécnicos privados). Não obstante, o doutoramento parece ganhar, aqui, alguma relevância, com 22% dos detentores deste grau ligados aos politécnicos públicos e 20,1% aos privados.

Ao invés, dada a longa tradição dos doutoramentos na carreira universitária, é, sobretudo, nas universidades, e, especialmente, nas universidades públicas, que se concentram os académicos com doutoramento (68,5% dos académicos destas instituições). Nas universidades privadas, a percentagem de académicos com este grau diminui consideravelmente (38,5%), aproximando-se, inclusive, da percentagem de académicos que, nestas mesmas instituições, detêm o grau de mestre (32,4%).

Tal significa que as instituições do setor privado e, dentro do setor público, os politécnicos, terão de desenvolver, num futuro próximo, um esforço de formação dos seus quadros. Porém, no caso dos politécnicos, este esforço pode ser facilitado pelo facto dos requisitos legais exigidos para o acesso à carreira se basearem no título de especialista, para o qual não é necessário o doutoramento² (Decreto-Lei 115/2013).

Uma outra variável usada na caracterização das qualificações dos académicos é constituída pela área científica onde estas qualificações se circunscrevem (**Tabela 5**).

Tabela 5 – Distribuição dos académicos por área científica da qualificação académica

	N	%
Programas Gerais	18	0,1
Educação	1816	5,2
Artes e Humanidades	4489	12,8
Ciências Sociais, Comércio e Direito	8782	25,1
Ciências, Matemática e Informática	5774	16,5
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	5819	16,6
Agricultura	710	2
Saúde e Proteção Social	5914	16,9
Serviços	1311	3,7
Desconhecido/Não especificado	88	0,3
Total	34721	99,2
Omissos	265	0,8
Total	34986	100

² De acordo com o artigo 3º, do Decreto-Lei 115/2013, um Especialista é “aquele que exerce ou tenha exercido profissão na área em que leciona ou se propõe lecionar e que satisfaça uma das seguintes condições: i) Ser detentor do título de especialista conferido nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 206/2009, de 31 de agosto; ii) Ser detentor de um grau académico e possuir, no mínimo, 10 anos de experiência profissional, com exercício efetivo durante, pelo menos, cinco anos nos últimos 10, e um currículo profissional de qualidade e relevância comprovadas, devidamente confirmado e aceite pelo órgão científico ou técnico-científico do estabelecimento de ensino superior; iii) Ser considerado como tal pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior no âmbito do processo de acreditação de ciclos de estudos, mesmo não cumprindo todos os requisitos definidos na subalínea anterior”.

Uma proporção significativa de académicos obteve o seu grau mais elevado na área das Ciências Sociais, Comércio e Direito (25,1%), embora se possam assinalar três outras áreas relevantes a este nível. Estas são, respetivamente, a da Saúde e Proteção Social (16,9%), da Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção (16,6%) e a das Ciências, Matemática e Informática (16,5%). Esta distribuição poderá estar relacionada com o tipo de oferta formativa disponível nas IES portuguesas. De facto, de acordo com Fonseca e Encarnação (2012), entre as áreas com uma maior preponderância neste âmbito, em 2012, encontravam-se as Ciências Empresariais e as Ciências Sociais e do Comportamento, ambas integradas na ‘grande’ área das Ciências Sociais, Comércio e Direito.

Detalhando a análise ao nível do subsistema e das qualificações dos académicos, é possível constatar que, nas universidades públicas (**Tabela 6**), em praticamente todas as áreas a maioria dos académicos possui o grau de doutor. Destacam-se, a este nível, as Ciências, Matemáticas e Informática (89,3%), a Agricultura (84,7%) e a Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção (73,7%). Tal poderá justificar-se pela forte tradição académica destas áreas, à qual está associada a sua grande maturidade, em termos de ensino e investigação. A exceção a este cenário é constituída pela Saúde e Proteção Social, onde a proporção de doutorados é de apenas 39%. Esta área é, por outro lado, aquela onde existe uma percentagem mais expressiva de académicos com o grau de licenciado. (51,5%). A predominância deste grau nesta área específica poderá relacionar-se com o facto dos académicos por ela circunscritos tenderem a exercer, simultaneamente, atividades profissionais em instituições de saúde (nomeadamente, hospitais). Esta dupla pertença poderá relegar para segundo plano a obtenção de outros graus. Finalmente, as áreas de Ciências Sociais, Comércio e Direito (25,9%), de Educação (24,9%) e de Artes e Humanidades (17,3%) são aquelas que concentram maior proporção de académicos com o grau de mestre.

O mesmo tipo de análise, agora desenvolvida no âmbito das universidades privadas (**Tabela 7**), revela a existência de uma proporção menor de doutorados em todas as áreas. Este fenómeno poderá ficar a dever-se ao facto de estas instituições terem, desde a sua criação, definido uma estratégia mais assente no ensino do que na investigação. A única área com mais de 50% de doutorados é a de Ciências, Matemática e Informática (53,4%). Destaca-se, ainda, a área da Educação, cuja proporção de doutorados está próxima deste valor (49,4%). No que concerne aos académicos com grau de mestre, não se verifica uma concentração expressiva em nenhuma área.

Tal como nas universidades privadas também no subsistema politécnico há uma menor proporção de doutorados em todas as áreas científicas (**Tabelas 8 e 9**). Todavia, nos politécnicos públicos, são as áreas da Agricultura (38,7%), Ciências, Matemática e Informática (32,4%) e da Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção (29,6%) que apresentam uma maior percentagem de académicos com doutoramento. Por seu turno, são as áreas da Educação (53,7%), das Ciências Sociais, Comércio e Direito (52,3%), Ciências, Matemática e Informática (49,2%), Artes e Humanidades e Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção (44%) que possuem proporções mais elevadas de académicos com o grau de mestre.

Por último, nos politécnicos privados há um conjunto de áreas em que a proporção dos académicos detentores do grau de mestre constitui a maioria (Educação, 52%), ou uma percentagem próxima da maioria (Serviços, 49,5%; Ciências Sociais, Comércio e Direito, 45,5%; e Agricultura, 41,7%). As áreas que apresentam maior proporção de doutorados, embora sem nunca se aproximar da maioria, são a das Ciências, Matemática e Informática (38,4%), Agricultura (29,2%), Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção (26,6%) e Educação (26,3%).

No sentido de aprofundar esta análise importa, por último, verificar a distribuição dos académicos por área científica das suas qualificações de acordo com o género.

Tabela 6 – Distribuição dos acadêmicos por área científica da qualificação acadêmica nas universidades públicas

Área científica	Grau					Total
	Doutoramento	Mestrado	Licenciatura	Bacharelato	Outros	
Programas Gerais	N 2	0	0	0	0	2
	% 100	0	0	0	0	100
Educação	N 316	113	24	0	0	453
	% 69,8	24,9	5,3	0	0	100
Artes e Humanidades	N 1180	298	239	2	2	1721
	% 68,6	17,3	13,9	0,1	0,1	100
Ciências Sociais, Comércio e Direito	N 1850	762	330	1	1	2944
	% 62,8	25,9	11,2	0	0	100
Ciências, Matemática e Informática	N 3230	240	144	1	0	3615
	% 89,3	6,6	4,0	0	0	100
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	N 1968	349	353	0	0	2670
	% 73,7	13,1	13,2	0	0	100
Agricultura	N 298	19	35	0	0	352
	% 84,7	5,4	9,9	0	0	100
Saúde e Proteção Social	N 1009	246	1333	0	0	2588
	% 39,0	9,5	51,5	0	0	100
Serviços	N 266	55	122	2	2	447
	% 59,5	12,3	27,3	0,4	0,4	100
Desconhecido/Não especificado	N 24	9	2	0	0	35
	% 68,6	25,7	5,7	0	0	100

NB: o número total de acadêmicos difere do número de fichas devido à existência de casos omissos por não preenchimento de alguns campos.

Tabela 7 – Distribuição dos acadêmicos por área científica da qualificação nas universidades privadas

Área científica	Grau					Total
	Doutoramento	Mestrado	Licenciatura	Bacharelato	Outros	
Programas Gerais	N 3	7	0	0	0	10
	% 30	70	0	0	0	100
Educação	N 121	80	44	0	0	245
	% 49,4	32,7	18	0	0	100
Artes e Humanidades	N 409	303	290	9	15	1026
	% 39,9	29,5	28,3	0,9	1,5	100
Ciências Sociais, Comércio e Direito	N 946	901	635	3	1	2486
	% 38,1	36,2	25,5	0,1	0	100
Ciências, Matemática e Informática	N 296	145	113	0	0	554
	% 53,4	26,2	20,4	0	0	100
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	N 316	258	323	0	0	897
	% 35,2	28,8	36	0	0	100
Agricultura	N 34	16	61	1	0	112
	% 30,4	14,3	54,5	0,9	0	100
Saúde e Proteção Social	N 276	237	282	0	0	795
	% 34,7	29,8	35,5	0	0	100
Serviços	N 72	139	86	1	2	300
	% 24,0	46,3	28,7	0,3	0,7	100
Desconhecido/Não especificado	N 11	4	9	0	1	25
	% 44	16	36	0	4	100

NB: o número total de acadêmicos difere do número de fichas devido à existência de casos omissos, por não preenchimento de alguns campos

Tabela 8 – Distribuição dos acadêmicos por área científica da qualificação nos politécnicos públicos

Área científica	Grau					Total
	Doutoramento	Mestrado	Licenciatura	Bacharelato	Outros	
Programas Gerais	N 0	1	0	0	0	1
	% 0	100	0	0	0	100
Educação	N 152	361	155	3	1	672
	% 22,6	53,7	23,1	0,4	0,1	100
Artes e Humanidades	N 208	532	430	20	19	1209
	% 17,2	44,0	35,6	1,7	1,6	100
Ciências Sociais, Comércio e Direito	N 480	1219	625	4	1	2329
	% 20,6	52,3	26,8	0,2	0	100
Ciências, Matemática e Informática	N 403	612	225	2	1	1243
	% 32,4	49,2	18,1	0,2	0,1	100
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	N 599	890	530	6	0	2025
	% 29,6	44,0	26,2	0,3	0	100
Agricultura	N 86	80	56	0	0	222
	% 38,7	36,0	25,2	0	0	100
Saúde e Proteção Social	N 121	480	876	7	0	1484
	% 8,2	32,3	59,0	0,5	0	100
Serviços	N 62	143	148	9	8	370
	% 16,8	38,6	40,0	2,4	2,2	100
Desconhecido/Não especificado	N 0	13	6	0	1	20
	% 0	65	30	0	5	100

NB: o número total de acadêmicos difere do número de fichas devido à existência de casos omissos, por não preenchimento de alguns campos

Tabela 9 – Distribuição dos acadêmicos por área científica da qualificação nos politécnicos privados

Área científica	Grau					Total
	Doutoramento	Mestrado	Licenciatura	Bacharelato	Outros	
Programas Gerais	N %	0 4	1 20	0 0	0 0	5 100
Educação	N %	110 26,3	90 21,5	1 0,2	0 0	419 100
Artes e Humanidades	N %	105 20,1	217 41,5	11 2,1	6 1,1	523 100
Ciências Sociais, Comércio e Direito	N %	220 21,7	330 32,5	1 0,1	2 0,2	1015 100
Ciências, Matemática e Informática	N %	132 38,4	80 23,3	0 0	0 0	344 100
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	N %	57 26,6	86 40,2	1 0,5	0 0	214 100
Agricultura	N %	7 29,2	7 29,2	0 0	0 0	24 100
Saúde e Proteção Social	N %	104 10	631 60,7	15 1,4	0 0	1039 100
Serviços	N %	23 12	95 49,5	3 1,6	3 1,6	192 100
Desconhecido/Não especificado	N %	1 12,5	0 87,5	0 0	0 0	8 100

NB: o número total de acadêmicos difere do número de fichas devido à existência de casos omissos, por não preenchimento de alguns campos

A distribuição de homens e mulheres por áreas científicas é, habitualmente, diversa, configurando o que, usualmente, na literatura, se designa por segregação horizontal.

A segregação horizontal corresponde a uma diferenciação nas opções de homens e mulheres pelas diferentes áreas científicas, diretamente associadas à tradicional divisão dos papéis sociais que reproduzem os estereótipos de género dominantes. Assim, as mulheres encontram-se, habitualmente, em áreas como a Educação ou a Saúde (sobretudo a Enfermagem) e, os homens, em áreas como as Engenharias. Esta tendência é constatada na escolha das licenciaturas pelos estudantes do ensino superior. De acordo com os dados do GPEARI/MCTES (2009), no ano letivo 2008-2009, as maiores diferenças na distribuição dos estudantes, por sexo, situam-se nas áreas da Educação (homens – 18%; mulheres – 80%); Saúde (homens – 23%; mulheres – 77%) e Engenharias (homens – 75%; mulheres – 25%).

De acordo com os **Gráficos 1 e 2**, podemos afirmar que, também, entre os académicos, é possível identificar diferenças de género, ligadas às áreas científicas das suas qualificações. A distribuição dos académicos no subsistema universitário indica que a maior diferença existe na Educação (com maior prevalência de mulheres – 60,3%) e na Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção (com maior prevalência de homens – 75,3%) (**Gráfico 1**). Em todas as outras áreas científicas, a proporção de homens é superior, mas as diferenças não são tão expressivas.

No caso do subsistema politécnico, a segregação horizontal assume a tendência anterior, com os homens a estarem mais representados nas áreas da Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção (homens – 75,7%; mulheres – 24,3%) (**Gráfico 2**). As mulheres assumem uma proporção superior não só na área da Educação (60,6%), mas também, na Saúde e Proteção Social (64,7%). A representação mais elevada das mulheres, nesta última área, poderá ficar a dever-se à predominância dos cursos de Enfermagem e Tecnologias da Saúde no subsistema politécnico.

Gráfico 1 – Distribuição dos acadêmicos por sexo e área científica da qualificação no subsistema universitário

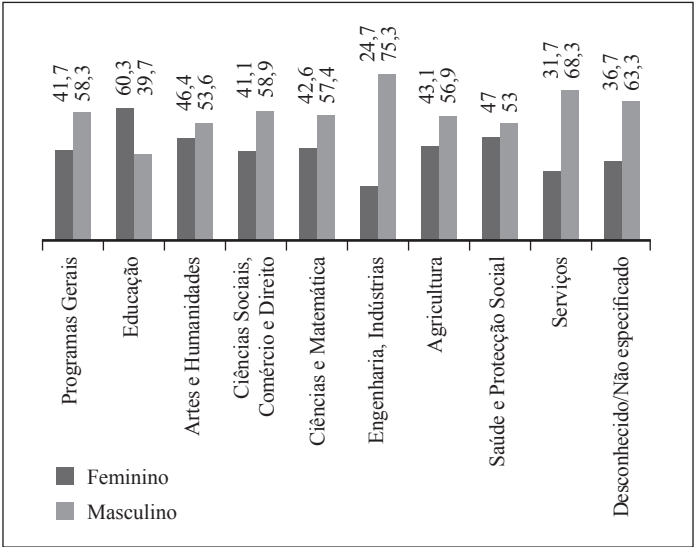
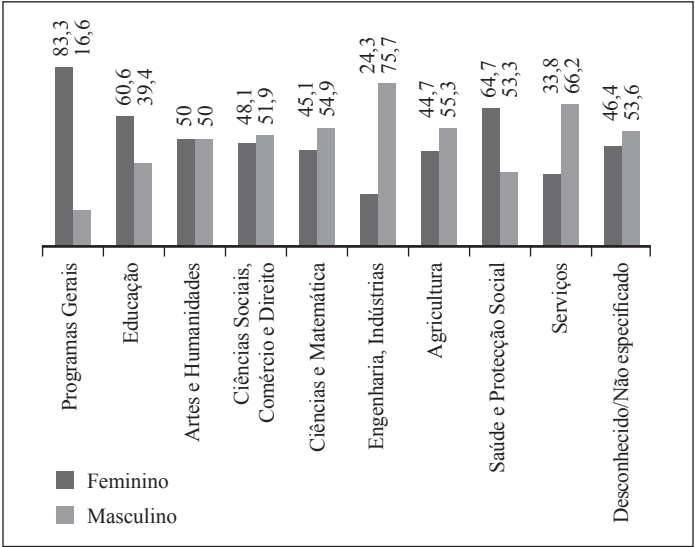


Gráfico 2 – Distribuição dos acadêmicos por sexo e área científica da qualificação no subsistema politécnico



3.3. Situação na carreira

Com base nos dados disponíveis nas fichas individuais procurou-se caracterizar a situação dos académicos portugueses na carreira. Apesar da existência de alguns estudos sobre esta realidade em Portugal (Carvalho & Santiago, 2008; Carvalho & Santiago, 2010; Carvalho, 2012; Carvalho et al., 2014), esta análise revela-se pertinente, não só devido às alterações recentes na regulação da carreira académica mas, sobretudo, devido à ausência generalizada de análises para o caso específico do setor privado.

3.3.1 Posição na carreira

Em termos gerais, os académicos vinculados ao subsistema universitário tendem a ocupar as posições de Professor Auxiliar (31,4%), Assistente Convidado (16,2%) e Assistente (13,9%) (**Tabela 10**). Porém, esta distribuição apresenta diferenças, dependentes da natureza, pública ou privada, das instituições.

Tabela 10 – Distribuição dos académicos por posição na carreira e setor, no subsistema universitário

Posição na carreira		Público	Privado	Total
Professor Catedrático	N	1134	248	1382
	%	8	3,9	6,7
Professor Associado	N	1920	499	2419
	%	13,5	7,8	11,7
Professor Auxiliar	N	5352	1140	6492
	%	37,5	17,8	31,4
Assistente	N	1163	1710	2873
	%	8,2	26,7	13,9
Assistente Estagiário	N	26	483	509
	%	0,2	7,6	2,5
Professor Catedrático Convidado	N	122	113	235
	%	0,9	1,8	1,1
Professor Associado Convidado	N	257	156	413
	%	1,8	2,4	2
Professor Auxiliar Convidado	N	897	877	1774
	%	6,3	13,7	8,6
Assistente Convidado	N	2297	1054	3351
	%	16,1	16,5	16,2
Assistente Estagiário Convidado	N	0	12	12
	%	0	0,2	0,1
Outros (Monitor, Leitor, Outros)	N	1094	102	1196
	%	7,7	1,6	5,8
Total	N	14262	6394	20656
	%	100	100	100

NB: o número total de académicos difere do número de fichas devido à existência de casos omissos, correspondendo ao não preenchimento de alguns campos.

Nas universidades públicas, a posição de Professor Auxiliar é aquela com maior proporção de académicos (37,5%), enquanto nas universidades privadas essa posição é representada pela de Assistente (26,7%). Tal facto pode constituir-se como resultado de os quadros das universidades privadas integrarem académicos com menos qualificações ao nível do doutoramento (68,5% nas públicas e 38,5% nas privadas).

Neste contexto, as universidades privadas, tendo mais docentes na base da carreira (Professor Auxiliar, Assistente e Assistente Estagiário), podem confrontar-se com maiores dificuldades em aproximar-se do cumprimento dos preceitos legais do Decreto-Lei 205/2009 (válido para as universidades públicas), que estipula, no seu preâmbulo: “O alargamento dos lugares do topo da carreira, devendo o conjunto de professores catedráticos e associados representar entre 50% e 70% dos professores (...)”.

Nas universidades públicas, estas posições (incluindo convidados e não convidados) constituem 24,2% do total de académicos, enquanto nas privadas constituem 15,9%. Estas percentagens constituem valores ainda significativamente longe do exigido, para cada IES, pelo novo enquadramento legal (Lei 62/2007).

Nas últimas décadas, as dificuldades de acesso e progressão na carreira académica conduziram ao surgimento de uma carreira informal ou paralela³ (Carvalho & Santiago, 2008). Esta é proporcionada pela possibilidade de contratação de professores convidados (contratação fora da carreira). Frequentemente, a figura do convidado é usada, por um lado, como uma forma de permitir assegurar o serviço docente em períodos excecionais; por outro, como forma de possibilitar a contratação de profissionais que não conseguiram obter o grau necessário, no período legalmente determinado (Carvalho & Santiago, 2008). Esta situação é extensível aos académicos que, embora detendo as qualificações académicas necessárias para a progressão na carreira, são mantidos na mesma categoria, embora em situação mais precária (em particular nos politécnicos com o uso da figura de ‘equivalente’), dada a inexistência de lugares no quadro das instituições.

A análise da distribuição dos académicos pelas categorias profissionais que, na esteira de Carvalho e Santiago (2008), podem ser assumidas como constituindo uma carreira informal ou paralela (Catedrático, Associado, Auxiliar e, ainda, as recentemente extintas categorias de Assistente e Assistente Estagiário Convidados), permite concluir que, nas universidades públicas, 25,1% dos académicos se encontra nesta carreira. Nas universidades privadas esta percentagem sobe para 34,6% (Catedrático – 1,8%; Associado – 2,4%; Auxiliar – 13,7%; Assistente – 16,5%; Assistente Estagiário Convidado – 0,2%). A utilização abusiva da carreira paralela conduziu à tentativa da sua regulamentação na legislação mais recente. Assim sendo, os Decretos-lei 205/2009 e 207/2009 estipulam que o número de professores convidados não pode exceder um terço em cada categoria.

³ Esta ‘carreira’ é constituída pelos académicos que ocupam as categorias profissionais existentes na carreira académica, mas como convidados, nas universidades, e como equivalentes, nos politécnicos. Embora realizem as mesmas atividades que os restantes académicos, os professores convidados e equivalentes não gozam de um contrato permanente e, por isso, têm uma relação contratual mais insegura com as IES (Santiago & Carvalho, 2008).

Importa, contudo, salientar que é entre os convidados nas posições de Assistente, Assistente Estagiário e de Auxiliar, que as relações contratuais são mais frágeis. Entre os Assistentes Convidados e os Professores Auxiliares Convidados, apenas no caso dos últimos podem ser encontradas diferenças significativas entre universidades públicas e privadas, com estas últimas a recorrer mais ao recrutamento para esta posição (6,3% nas públicas e 13,7% nas privadas). Este recurso poderá decorrer do facto de um número significativo de académicos das universidades privadas estarem vinculados a mais do que uma instituição. Por outro lado, a semelhança entre as proporções de convidados a trabalhar nas universidades públicas e privadas, no início da carreira (Assistente e Assistente Estagiário convidados), pode traduzir um crescente recurso, ao longo dos últimos anos, à figura do convidado pelas universidades públicas. Eventualmente por estas instituições terem assumido o doutoramento como critério de início carreira (dado o aumento do número de doutorados no país), ainda antes do novo quadro legal, os assistentes podem ter começado a ser contratados para colmatar oscilações nas cargas de trabalho, não sendo, na realidade, integrados na carreira.

Tabela 11 – Distribuição dos académicos por posição na carreira e setor, no subsistema politécnico

Categoria Profissional		Público	Privado	Total
Professor Coordenador com Agregação	N	33	15	48
	%	0,4	0,4	0,4
Professor Coordenador	N	641	374	1015
	%	6,9	10,3	7,8
Professor Adjunto	N	2364	1101	3465
	%	25,3	30,3	26,7
Assistente (1º e 2º triénios)	N	2313	1426	3739
	%	24,7	39,2	28,8
Equivalente a Professor Coordenador	N	50	97	147
	%	0,5	2,7	1,1
Equivalente a Professor Adjunto	N	1621	244	1865
	%	17,3	6,7	14,4
Equivalente a Assistente	N	1905	296	2201
	%	20,4	8,1	17
Outros (Especialmente Contratados, Especialistas e Outros)	N	421	82	503
	%	4,5	2,3	3,9
Total	N	9348	3635	12983
	%	100	100	100

NB: o número total de académicos difere do número de fichas devido à existência de casos omissos, correspondendo ao não preenchimento de alguns campos.

Estendendo, agora, esta análise ao subsistema politécnico (**Tabela 11**), é possível concluir que, nos politécnicos públicos, os académicos se concentram, de modo quase equivalente, nas posições de Professor Adjunto (25,3%), Assistente (24,7%) e Equivalente a Assistente (20,4%). As duas primeiras posições são, também, as predominantes nos politécnicos privados, embora assumam, aqui, uma expressividade

ligeiramente maior (30,3% de Professores Adjuntos e 39,2% de Assistentes). Estas posições são secundadas, não pela de Equivalente a Assistente, como no setor público, mas pela de Professor Coordenador (10,3%). Os politécnicos privados apresentam uma proporção maior de académicos nas posições iniciais e intermédias (como as de Assistente e Professor Adjunto), enquanto nos públicos, embora esta tendência possa, igualmente, ser identificada, as posições iniciais que apresentam uma percentagem maior de académicos são as da carreira informal ou paralela (como a de Equivalente a Assistente e Equivalente a Adjunto). Tal pode dever-se ao facto de os académicos dos politécnicos públicos, ao contrário do que acontece nos privados, terem de aguardar pela abertura de uma vaga para poderem concorrer a uma posição superior. Devido a restrições económicas e constrangimentos do Estado na abertura de vagas, os académicos dos politécnicos públicos tendem a permanecer nas posições de carreira iniciais e na carreira paralela, sem perspetivas de progressão (Carvalho et al., 2014).

Ao nível do subsistema politécnico, as posições correspondentes à carreira paralela são representadas pelos professores equivalentes. Os politécnicos recorrem, mais frequentemente do que as universidades, à carreira paralela, que tem, contudo, uma maior expressão entre os politécnicos públicos (38,2% vs. 17,5% nos privados). Uma vez mais, estes resultados podem ser explicados pelo facto de não existirem vagas públicas que permitam a progressão na carreira (Carvalho et al., 2014). No entanto, tal poderá, também, ficar a dever-se ao caráter distinto das instituições politécnicas no sistema de ensino superior. A sua orientação mais vocacional poderá traduzir-se numa maior contratação de académicos que exercem, em simultâneo, outra atividade profissional.

Em síntese, parecem existir condições de carreira distintas para os académicos respetivamente dos politécnicos públicos e privados, sendo que os primeiros tendem a recorrer mais à figura do professor equivalente.

3.3.2 Posição na carreira e género

A análise da distribuição dos académicos por sexo e posição na carreira permite-nos atestar a dimensão do fenómeno da segregação vertical. Este fenómeno corresponde a uma tendência, observada em todo o mundo, para os homens ocuparem os lugares de topo na carreira académica (Carvalho & Machado, 2011; White et al., 2011). Os dados das **Tabelas 12 e 13** mostram que a realidade portuguesa não se encontra muito afastada desta tendência internacional. No caso do subsistema universitário (**Tabela 12**), apesar da proporção de homens e mulheres ser bastante semelhante nos patamares iniciais da carreira, esta relação altera-se no topo, com o domínio dos homens (76,2% dos catedráticos e 65,8% dos associados no público e 79,4% dos catedráticos e 69,1% dos associados no privado).

A mesma tendência verifica-se para os convidados, nos dois subsistemas. Neste caso, a proporção de homens é superior em todas as categorias, sendo o diferencial entre homens e mulheres ainda mais acentuado no topo das carreiras (os primeiros

constituem 83,6% dos catedráticos convidados e 73,9% dos associados convidados, no público, e 79,6% dos catedráticos convidados e 78,2% dos associados convidados, no privado). Este diferencial reitera as conclusões de estudos anteriores, onde se demonstra que os métodos informais de recrutamento, que habitualmente subjazem à contratação dos convidados, são menos propícios à promoção da igualdade de género (Carvalho & Santiago, 2010; van den Brink et al., 2007). Neste caso, verificam-se as mesmas tendências de segregação vertical no setor público e privado.

Tabela 12 – Distribuição dos académicos por sexo e categoria profissional subsistema universitário

Posição		Público		Total	Privado		Total
		Sexo			Sexo		
		M	H		M	H	
Professor Catedrático	N	270	864	1134	51	197	248
	%	23,8	76,2	100	20,6	79,4	100
Professor Associado	N	657	1263	1920	154	345	499
	%	34,2	65,8	100	30,9	69,1	100
Professor Auxiliar	N	2419	2933	5352	531	609	1140
	%	45,2	54,8	100	46,6	53,4	100
Assistente	N	547	616	1163	835	875	1710
	%	47	53,0	100	48,8	51,2	100
Assistente Estagiário	N	8	18	26	206	277	483
	%	30,8	69,2	100	42,7	57,3	100
Professor Catedrático Convidado	N	20	102	122	23	90	113
	%	16,4	83,6	100	20,4	79,6	100
Professor Associado Convidado	N	67	190	257	34	122	156
	%	26,1	73,9	100	21,8	78,2	100
Professor Auxiliar Convidado	N	287	610	897	325	552	877
	%	32	68	100	37,1	62,9	100
Assistente Convidado	N	1001	1296	2297	445	609	1054
	%	43,6	56,4	100	42,2	57,8	100
Outros	N	453	641	1094	34	80	114
	%	41,4	58,6	100	30	70	100
Total	N	5729	8533	14262	2638	3756	6394
	%	40.2	59.8	100	41.3	58.7	100

NB: o total de académicos difere do número de fichas devido à existência de casos omissos, correspondendo ao não preenchimento de alguns campos.

Apesar do número de mulheres ser superior no subsistema politécnico, observa-se a mesma tendência para a segregação vertical (**Tabela 13**). No entanto, o diferencial entre homens e mulheres é apenas evidenciado na categoria de Professor Coordenador com agregação (homens – 69,7% no público e 80% no privado). Nas restantes categorias existe, praticamente, uma paridade de género. Este fenómeno pode significar

que o aumento da participação geral das mulheres nas IES pode ser importante para atenuar a segregação vertical. O caso do subsistema privado é curioso, já que, em praticamente todas as categorias, as mulheres têm uma representação superior à dos homens, com a exceção do Professor Coordenador com agregação, onde a proporção de homens é muito superior (80%). Como referimos anteriormente, alguns estudos apontam para a tendência das instituições com menor poder e prestígio no campo de ensino superior terem uma maior percentagem de mulheres académicas (Bagilhole, 2000). Pode, ainda, ser levantada a hipótese das condições de trabalho constituírem um fator importante para explicar este número de mulheres. Provavelmente, o facto das instituições politécnicas privadas oferecerem condições de trabalho menos atrativas pode significar que possuem, também, menor capacidade de atrair académicos. Acresce, ainda, o facto, já referido, destas instituições concentrarem a sua oferta formativa em áreas tradicionalmente consideradas ‘mais femininas’.

Tabela 13 – Distribuição dos académicos por sexo e categoria profissional no subsistema politécnico

Posição		Público		Total	Privado		Total
		Sexo			Sexo		
		M	H		M	H	
Professor Coordenador com Agregação	N	10	23	33	3	12	15
	%	30,3	69,7	100	20	80	100
Professor Coordenador	N	301	340	641	167	207	374
	%	47	53	100	44,7	55,3	100
Professor Adjunto	N	1133	1231	2364	582	519	1101
	%	47,9	52,1	100	52,9	47,1	100
Assistente do 1º Triénio	N	602	616	1218	521	501	1022
	%	49,4	50,6	100	51	49	100
Assistente do 2º Triénio	N	494	601	1095	206	198	404
	%	45,1	54,9	100	51	49	100
Equivalente a Professor Coordenador	N	12	38	50	42	55	97
	%	24	76	100	43,3	56,7	100
Equivalente a Professor Adjunto	N	619	1002	1621	128	116	244
	%	38,2	61,8	100	52,5	47,5	100
Equivalente a Assistente	N	972	933	1905	152	144	296
	%	51	49	100	51,4	48,6	100
Outros	N	150	271	421	28	54	82
	%	35,6	64,4	100	34,1	65,9	100
Total	N	4293	5055	9348	1829	1806	3635
	%	45,9	54,1	100	50,3	49,7	100

NB: o número total de académicos difere do número de fichas devido à existência de casos omissos, correspondendo ao não preenchimento de alguns campos.

3.3.3 Posição na carreira e qualificações

A distribuição dos académicos pelas posições na carreira só pode ser totalmente compreendida se levadas em linha de conta, também, as suas qualificações.

A análise das tabelas seguintes (**Tabelas 14 e 15**) permite retirar algumas conclusões sobre a relação entre estas duas variáveis nas universidades públicas e privadas.

É possível observar, para o caso das universidades públicas, que, de um modo geral, os académicos detêm as qualificações adequadas à posição que ocupam na carreira (isto é, o doutoramento). Tal é especialmente evidente para o caso dos Professores Catedráticos, Associados e Auxiliares que, na sua quase totalidade, estão qualificados com o doutoramento (98,9%, 98,5% e 98,5%). Uma prevalência maioritária deste grau (embora menor que nos casos anteriores) é verificada, ainda, na carreira paralela, para estas mesmas posições (Catedráticos, Associados e Auxiliares convidados). Como seria expectável, duas posições, uma delas considerada como de acesso à carreira formal, apresentam proporções expressivamente baixas de doutorados, nomeadamente as de Assistente (7,7%) e de Assistente Convidado (5,7%). De facto, o mestrado, no caso da primeira (67,2% dos Assistentes), e a licenciatura, no caso da segunda (61,4% dos Assistentes convidados), são as qualificações que maioritariamente prevalecem entre estas categorias. Estes foram, durante muito tempo, os graus necessários para a entrada nestas categorias, as quais se manterão até que os académicos estejam em condições legais para aceder ao lugar de Professor Auxiliar. Ainda neste contexto, é de salientar a comparativamente elevada prevalência de doutoramentos entre os académicos que ocupam ‘outras’ posições na carreira (Monitores, Leitores, outras) (39,5%), indiciando que, muitos deles, estariam em condições de ocupar outras categorias profissionais. Em contrapartida, identificam-se, também, situações em que certas posições na carreira, em especial da paralela, são ocupadas por académicos com menos qualificações do que as que seriam expectáveis. Sublinhe-se, a título de exemplo, o caso de Professores Catedráticos, Associados e Auxiliares convidados e não convidados, com o grau de mestrado, licenciatura e, inclusive, ‘outros’ graus. Não negligenciando a possibilidade de terem ocorrido erros no preenchimento das fichas individuais, esta discrepância poderá relacionar-se com o facto de estes académicos terem sido recrutados para as referidas posições, ainda que sem as necessárias qualificações.

Nas universidades privadas, identificam-se, em termos gerais, as mesmas tendências que nas públicas. As categorias com maior proporção de doutorados são, igualmente, as de Professor Catedrático (96,8%), Associado (97,2%) e Auxiliar (92,4%). O grau de doutoramento assume, também, uma expressão considerável e, em certos casos, maioritária, entre as posições anteriores mas, desta feita, nos convidados (72,6% dos Catedráticos convidados, 60,3% dos Associados convidados e 46% dos Auxiliares convidados). Tal como nas universidades públicas, também nas privadas, as posições de Assistente e Assistente convidado (assim como as de Assistente Estagiário e Estagiário convidado), apresentam proporções bastante baixas de académicos doutorados.

Entre os Assistentes, a qualificação mais comum é o mestrado (68,5%), enquanto os Assistentes convidados tendem a deter, em percentagens quase equivalentes, o grau de mestre (46,6%), ou de licenciatura (49,7%). Em contrapartida, cerca de 24% dos académicos que ocupam outras posições (Monitor, Leitor, Outros) estão qualificados com o grau de doutoramento, pelo que poderiam aceder a outras categorias.

Por último, uma vez mais, tal como nas universidades públicas, é possível identificar, nas privadas, académicos com qualificações inferiores em relação às que seriam expectáveis para as posições que ocupam. De novo, tal é o caso, nomeadamente, de Professores Catedráticos, Associados e Auxiliares convidados e não convidados, com mestrados, licenciatura e, inclusive, bacharelatos e ‘outros’ graus.

Tabela 14 – Distribuição dos acadêmicos por categoria profissional e qualificação acadêmica nas universidades públicas

Posição na Carreira	Grau					Total
	Doutoramento	Mestrado	Licenciatura	Bacharelato	Outros	
Professor Catedrático	N 1119	3	10	0	0	1132
	% 98,9	0,3	0,9	0	0	100
Professor Associado	N 1890	6	22	0	0	1918
	% 98,5	0,3	1,1	0	0	100
Professor Auxiliar	N 5267	38	40	0	0	5345
	% 98,5	0,7	0,7	0	0	100
Assistente	N 89	781	293	0	0	1163
	% 7,7	67,2	25,2	0	0	100
Assistente Estagiário	N 0	5	21	0	0	26
	% 0	19,2	80,8	0	0	100
Professor Catedrático Convocado	N 93	7	21	0	1	122
	% 76,2	5,7	17,2	0	0,8	100
Professor Associado Convocado	N 147	11	98	0	0	256
	% 57,4	4,3	38,3	0	0	100
Professor Auxiliar Convocado	N 539	117	236	1	2	895
	% 60,2	13,1	26,4	0,1	0,2	100
Assistente Convocado	N 130	753	1408	1	1	2293
	% 5,7	32,8	61,4	0	0	100
Outros (Monitor, Leitor, Outros)	N 425	280	366	3	2	1076
	% 39,5	26	34	0,3	0,2	100
Total	N 9699	2001	2515	5	6	14226
	% 68,2	14,1	17,7	0	0	100

NB: o número total de acadêmicos difere do número de fichas devido à existência de casos omissos, correspondendo ao não preenchimento de alguns campos.

Tabela 15 – Distribuição dos acadêmicos por categoria profissional e qualificação acadêmica nas universidades privadas

Posição na Carreira	Grau					Total
	Doutoramento	Mestrado	Licenciatura	Bacharelato	Outros	
Professor Catedrático	N 240	1	7	0	0	248
	% 96,8	0,4	2,8	0	0	100
Professor Associado	N 485	5	9	0	0	499
	% 97,2	1	1,8	0	0	100
Professor Auxiliar	N 1053	46	37	1	3	1140
	% 92,4	4	3,2	0,1	0,3	100
Assistente	N 51	1170	477	3	6	1707
	% 3	68,5	27,9	0,2	0,4	100
Assistente Estagiário	N 28	488	520	5	6	1047
	% 2,7	46,6	49,7	0,5	0,6	100
Professor Catedrático Convocado	N 5	53	421	2	0	481
	% 1	11	87,5	0,4	0	100
Professor Associado Convocado	N 82	7	24	0	0	113
	% 72,6	6,2	21,2	0	0	100
Professor Auxiliar Convocado	N 94	22	40	0	0	156
	% 60,3	14,1	25,6	0	0	100
Assistente Convocado	N 402	236	231	2	2	873
	% 46	27	26,5	0,2	0,2	100
Outros (Monitor, Leitor, Outros)	N 0	0	11	1	0	12
	% 0	0	91,7	8,3	0	100
Total						
	N 23	38	35	0	2	98
	% 23,5	38,8	35,7	0	2	100

NB: o número total de acadêmicos difere do número de fichas devido à existência de casos omissos, correspondendo ao não preenchimento de alguns campos.

Tabela 16 – Distribuição dos acadêmicos por categoria profissional e qualificação acadêmica nos politécnicos públicos

Posição na Carreira		Grau					Total
		Doutoramento	Mestrado	Licenciatura	Bacharelato	Outros	
Professor Coordenador com Agregação	N	30	2	1	0	0	33
	%	90,9	6,1	3	0	0	100
Professor Coordenador	N	451	144	44	0	0	639
	%	70,6	22,5	6,9	0	0	100
Professor Adjunto	N	791	1305	252	4	2	2354
	%	33,6	55,4	10,7	0,2	0,1	100
Assistente (1º e 2º triénios)	N	123	1090	1058	12	10	2293
	%	5,4	47,5	46,1	0,5	0,4	100
Equivalente a Professor Coordenador	N	35	5	10	0	0	50
	%	70	10	20	0	0	100
Equivalente a Professor Adjunto	N	451	765	374	10	5	1605
	%	28,1	47,7	23,3	0,6	0,3	100
Equivalente a Assistente	N	117	782	992	6	5	1902
	%	6,2	41,1	52,2	0,3	0,3	100
Outros (Especialmente Contratados, Especialistas, Outros)	N	55	119	200	19	10	403
	%	13,6	29,5	49,6	4,7	2,5	100
Total		2053	4212	2931	51	32	9279
		22,1	45,4	31,6	0,5	0,3	100

NB: o número total de académicos difere do número de fichas devido à existência de casos omissos, correspondendo ao não preenchimento de alguns campos.

Tabela 17 – Distribuição dos acadêmicos por categoria profissional e qualificação acadêmica nos politécnicos privados

Posição na Carreira	Grau					Total
	Doutoramento	Mestrado	Licenciatura	Bacharelato	Outros	
Professor Coordenador com Agregação	N	15	0	0	0	15
	%	100	0	0	0	100
Professor Coordenador	N	337	22	13	2	374
	%	90,1	5,9	3,5	0	100
Professor Adjunto	N	71	17	9	0	97
	%	73,2	17,5	9,3	0	100
Assistente (1º e 2º triênios)	N	202	815	75	5	1098
	%	18,4	74,2	6,8	0,5	100
Equivalente a Professor Coordenador	N	43	125	72	0	242
	%	17,8	51,7	29,8	0	100
Equivalente a Professor Adjunto	N	29	367	1010	14	1423
	%	2	25,8	71	1	100
Equivalente a Assistente	N	5	49	228	11	293
	%	1,7	16,7	77,8	3,8	100
Outros (Especialmente Contratados, Especialistas, Outros)	N	16	22	37	2	79
	%	20,3	27,8	46,8	2,5	100
Total	N	718	1417	1444	32	3621
	%	19,8	39,1	39,9	0,9	100

NB: o número total de acadêmicos difere do número de fichas devido à existência de casos omissos, correspondendo ao não preenchimento de alguns campos.

Finalmente, a análise das tabelas anteriores (**Tabelas 16 e 17**) permite formular algumas conclusões relativamente às qualificações dos académicos, de acordo com a sua posição na carreira politécnica (pública e privada).

Nos politécnicos públicos, as posições com maior proporção de académicos doutorados são as do topo da carreira, respetivamente, as de Professor Coordenador com e sem agregação (90,9% e 70,6%) e a de Equivalente a Professor Coordenador (70%). Por seu turno, os Professores Adjuntos são, maioritariamente, mestres (55,4%), enquanto os Assistentes tendem a deter, em valores quase equivalentes, os graus de mestre e licenciatura (47,5% e 46,1%). A única posição em que os licenciados são predominantes é a de Equivalente a Assistente (52,2%).

A tendência para a concentração de doutorados no topo da carreira é observada, também, nos politécnicos privados (Professor Coordenador com agregação, 100%; Professor Coordenador, 90,1%; Equivalente a Professor Coordenador, 73,2%). Verifica-se, adicionalmente, que a grande maioria dos Professores Adjuntos (74,2%) e a maioria dos Equivalentes a Professor Adjunto (51,7%) detêm o grau de mestre, enquanto os académicos nas posições iniciais da carreira são, maioritariamente, licenciados (Assistentes, 71%; Equivalente a Assistente, 77,8%).

Da comparação entre os dois setores, cabe destacar que, no público, as posições iniciais da carreira têm uma menor proporção de licenciados. Ainda assim, a proporção de académicos com licenciatura, no subsistema politécnico, é expressiva, o que decorre das condições específicas de acesso a esta carreira.

3.3.4. Posição na carreira e regime de tempo

Procuramos, agora, analisar a distribuição dos académicos por regime de tempo e categoria profissional. A **Tabela 18**, referente a esta distribuição no subsistema universitário, revela uma diferença, nos regimes de tempo, entre os académicos que se encontram, respetivamente, na carreira formal e na paralela. De facto, a grande maioria dos professores de carreira encontra-se no regime de tempo integral com exclusividade, enquanto os convidados se concentram, maioritariamente, no regime de *part-time*. Esta distribuição desigual poderá decorrer do facto destes últimos, como temos vindo a sublinhar, poderem exercer funções, simultaneamente, em mais do que uma instituição. O recurso ao trabalho em *part-time* não parece assumir, nas universidades públicas, grande relevância (23,2% do total de académicos), por comparação a outros setores. Esta relativa baixa expressividade poderá ficar a dever-se ao recurso a contratualizações de caráter informal (nomeadamente bolseiros e investigadores), que não são passíveis de serem captadas pela presente análise, dado que estes profissionais não são considerados nos quadros de pessoal das IES e, por isso, não preencheram as fichas individuais.

Nas universidades privadas, existe um maior recurso ao trabalho em *part-time*, que é notório não só nos lugares de convidado mas, também, na carreira formal, sobretudo nos patamares iniciais.

No setor politécnico (**Tabela 19**), o recurso ao trabalho a tempo parcial assume uma dimensão muito maior nas instituições privadas. Nestas, a proporção de académicos nessa condição é consideravelmente elevada em todas as posições, mesmo para aqueles que não são convidados. A dimensão da casualização⁴ é particularmente evidente nas categorias de Equivalente a Assistente (83,8%) e Equivalente a Professor Adjunto (82,8%), confirmando, agora, as tendências internacionais (Musselin, 2004; 2013). A maior evidência assumida pela casualização, nos politécnicos privados, poderá estar relacionada com políticas e práticas de gestão de recursos humanos distintas das que caracterizam o politécnico público.

De qualquer modo, julgamos que seria necessário um estudo empírico mais apurado de modo a compreender a verdadeira dimensão da carreira paralela no ensino superior português.

⁴ A casualização refere-se a uma tendência para as IES percecionarem os académicos como uma força de trabalho recrutada especificamente para ‘produzir’ tarefas ocasionais de ensino e investigação. Esta situação não é considerada transitória, mas assume contornos de permanência (Musselin, 2013).

Tabela 18 – Distribuição dos acadêmicos por regime de tempo e categoria profissional no subsistema universitário

Posição	Público				Privado			
	TIE	TI	TP	Out.	Total	TIE	TI	TP
Professor Catedrático	N 636	436	24	22	1118	12	145	76
	% 56,9	39	2,1	2	100	4,8	58,5	30,6
Professor Associado	N 1060	788	44	16	1908	48	317	127
	% 55,6	41,3	2,3	0,8	100	9,6	63,7	25,5
Professor Auxiliar	N 3235	1948	123	25	5331	96	638	385
	% 60,7	36,5	2,3	0,5	100	8,4	56,1	33,9
Assistente	N 509	465	83	101	1158	68	758	862
	% 44	40,2	7,2	8,7	100	4,0	44,3	50,4
Assistente Estagiário	N 4	18	2	2	26	4	100	358
	% 15,4	69,2	7,7	7,7	100	0,8	20,7	74,3
Professor Catedrático Convocado	N 12	18	60	21	111	1	19	86
	% 10,8	16,2	54,1	18,9	100	0,9	17	76,8
Professor Associado Convocado	N 10	22	198	23	253	2	31	111
	% 4	8,7	78,3	9,1	100	1,3	20,1	72,1
Professor Auxiliar Convocado	N 90	145	590	68	893	11	177	659
	% 10,1	16,2	66,1	7,6	100	1,3	20,2	75,1
Assistente Convocado	N 129	249	1849	57	2284	4	132	855
	% 5,6	10,9	81	2,5	100	0,4	12,6	81,4
Assistente Estagiário Convocado	N 0	0	0	0	0	0	0	12
	% 0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	N 205	511	307	50	1073	2	17	72
	% 19,1	47,6	28,6	4,7	100	2	16,8	71,3
Total	N 5890	4600	3280	385	14155	248	2334	3603
	% 41,6	32,5	23,2	2,7	100	3,9	36,6	56,5

NB: o número total de acadêmicos difere do número de fichas devido à existência de casos omissos, correspondendo ao não preenchimento de alguns campos.

Tabela 19 – Distribuição dos acadêmicos por regime de tempo e categoria profissional no subsistema politécnico

Posição	Público					Privado					
	TIE	TI	TP	Out.	Total	TIE	TI	TP	Out.	Total	
Professor Coordenador C/Agregação	N	19	12	2	0	33	1	5	9	0	15
	%	57,6	36,4	6,1	0	100	6,7	33,3	60	0	100
Professor Coordenador	N	440	173	26	2	641	21	178	171	3	373
	%	68,6	27	4,1	0,3	100	5,6	47,7	45,8	0,8	100
Professor Adjunto	N	1418	717	212	11	2358	68	425	597	11	1101
	%	60,1	30,4	9	0,5	100	6,2	38,6	54,2	1	100
Assistente 1º Triénio	N	224	270	699	12	1205	10	144	854	14	1022
	%	18,6	22,4	58	1	100	1	14,1	83,6	1,4	100
Assistente 2º Triénio	N	546	315	221	6	1088	10	156	231	7	404
	%	50,2	29	20,3	0,6	100	2,5	38,6	57,2	1,7	100
Equivalente a Professor Coordenador	N	13	9	26	2	50	5	31	53	8	97
	%	26	18	52	4	100	5,2	32	54,6	8,2	100
Equivalente Professor Adjunto	N	689	422	486	8	1605	7	26	202	9	244
	%	42,9	26,3	30,3	0,5	100	2,9	10,7	82,8	3,7	100
Equivalente Assistente	N	481	433	949	23	1886	4	33	248	11	296
	%	25,5	23	50,3	1,2	100	1,4	11,1	83,8	3,7	100
Outros	N	14	91	245	51	401	0	36	45	0	81
	%	3,5	22,7	61,1	12,7	100	0	44,4	55,6	0	100
Total	N	3844	2442	2866	115	9267	126	1034	2410	63	3633
	%	41,5	26,4	30,9	1,2	100	3,5	28,5	66,3	1,7	100

NB: o número total de académicos difere do número de fichas devido à existência de casos omissos, correspondendo ao não preenchimento de alguns campos.

3.4. Recrutamento dos académicos: o fenómeno do *inbreeding*

Um dos elementos centrais na análise dos profissionais académicos relaciona-se com os modos distintos que presidem ao seu recrutamento e seleção. Neste contexto, o mérito, sobretudo científico, assume uma relevância que não tem paralelo com qualquer outro grupo profissional. Um fenómeno particularmente relevante nos processos de recrutamento e seleção é, habitualmente, reconhecido na literatura como *inbreeding* (endogamia)⁵. Com base na literatura, é possível definir *inbreeding* como o recrutamento, para o corpo docente de uma IES, de estudantes que terminaram a sua formação graduada, ou pós-graduada, nessa mesma instituição (Padilla, 2008).

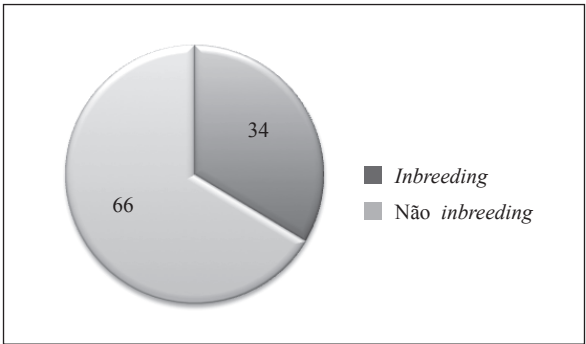
Reconhecendo a relativa escassez de conhecimento acumulado sobre este fenómeno, procuramos, de seguida, analisar a sua presença na academia portuguesa. Pretende-se perceber quais as configurações que este fenómeno assume no sistema de ensino superior. Primeiro, procede-se a uma análise global do fenómeno na academia portuguesa, tendo por base o setor e subsistema de ensino e as qualificações dos académicos. Subsequentemente, partindo de uma definição mais circunscrita de *inbreeding* (baseada no grau de doutoramento), mas que é, também, a mais comum na literatura, o fenómeno é analisado de acordo com: o sexo; a área científica do doutoramento; a posição dos académicos na carreira; e a sua distribuição pelas universidades públicas e privadas.

3.4.1. *Inbreeding* por setor, subsistema e grau mais elevado

O fenómeno de *inbreeding* foi analisado para a totalidade dos académicos da base de dados, independentemente do grau mais elevado declarado nas fichas curriculares (bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento). Com base nesta análise, é possível concluir que os níveis de *inbreeding*, na academia portuguesa, se situam em cerca de 34%. Tal significa que a maioria dos académicos portugueses (66%) exerce funções numa IES diferente daquela onde obteve a sua qualificação mais elevada (**Gráfico 3**).

⁵ Optamos, neste trabalho, pelo uso do termo em inglês *inbreeding*, em vez do português *endogamia*, dado que o termo em inglês é, normalmente, usado e reconhecido no contexto académico. Por conseguinte, usa-se, também, o termo não *inbreeding* (ou académicos não *inbreeders*, ou em situação de não *inbreeding*) para designar os académicos que se encontram vinculados profissionalmente a IES distintas daquelas onde completaram as suas qualificações.

Gráfico 3 – *Inbreeding* no sistema de ensino superior



Desta maioria de académicos, 62,2% concluiu o grau mais elevado em outras universidades nacionais públicas (**Tabela 20**). Porém, ainda que menos representativa, uma proporção relevante de académicos obteve esse mesmo grau numa instituição estrangeira (25,2%). Este facto pode ficar a dever-se à ausência de oferta formativa em determinadas áreas (como as Ciências Sociais e as Artes, por exemplo) no país, em particular, no período anterior à Revolução Democrática, mas, derivar, também, de uma estratégia pessoal e/ou profissional deliberada, em termos de valorização do percurso académico.

Tabela 20 – Distribuição dos académicos em situação de não *inbreeding*, de acordo com o tipo de instituição onde obtiveram a qualificação

		Outra UNP	Outra UNPI	Outro PNP	Outro PNPI	Outra IESE	Outras	Total
Doutoramento	N	4408	178	1	3	4362	5	8957
	%	49,2	2	0	0	48,7	0,1	100
Mestrado	N	6327	886	21	21	998	10	8263
	%	76,6	10,7	0,3	0,3	12,1	0,1	100
Licenciatura	N	3592	744	718	207	376	54	5691
	%	63,1	13,1	12,6	3,6	6,6	0,9	100
Bacharelato	N	8	8	11	9	30	10	76
	%	10,5	10,5	14,5	11,8	39,5	13,2	100
Outros	N	3	3	1	0	30	19	56
	%	5,4	5,4	1,8	0	53,6	33,9	100
Total	N	14338	1819	752	240	5796	98	23043
	%	62,2	7,9	3,3	1	25,2	0,4	100

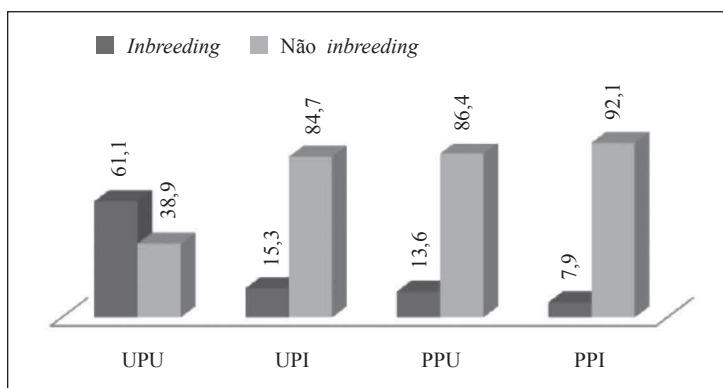
NB: o número total de académicos difere do número de fichas devido à existência de casos omissos, correspondendo ao não preenchimento de alguns campos.
Legenda: Outra UNP – outra universidade nacional pública; UNPI - outra universidade nacional privada; Outro PNP – outro politécnico nacional público; Outro PNPI - outro politécnico nacional privado; Outra IESE – outra instituição de ensino superior estrangeira; Outras – outro tipo de instituição.

De modo a aprofundar a análise, torna-se necessário compreender se o baixo nível de *inbreeding*, anteriormente identificado, varia de acordo com o setor de ensino superior e o tipo de instituição (**Gráfico 4**).

Quando se analisa o nível de *inbreeding*, tendo em consideração o setor, verifica-se que o fenómeno ocorre de modo mais expressivo no ensino superior público (UPU e PPU). Dentro deste setor, é nas universidades públicas (UPU) que o fenómeno ganha maior expressão. Em contrapartida, é nos politécnicos privados (PPI) que o nível de *inbreeding* apresenta valores mais baixos.

Esta diferença poderá decorrer do facto de as IES públicas se encontrarem há mais tempo no sistema e, como tal, serem responsáveis pela formação de um maior número de graduados. Este facto permitiu-lhes acumular um maior capital simbólico dentro do referido sistema, o que poderá contribuir para que tendam a recrutar profissionais de entre esses mesmos graduados.

Gráfico 4 – *Inbreeding* por setor e tipo de IES

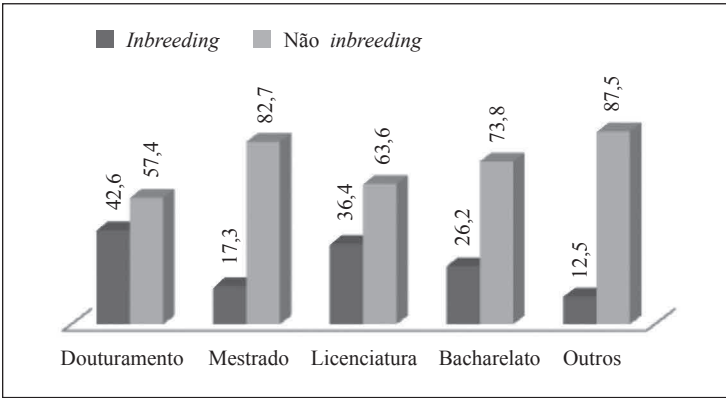


Legenda: UPU – Universidade Pública; UPI – Universidade Privada; PPU – Politécnico Público; PPI – Politécnico Privado

Concentrando, agora, a análise no nível de qualificação detida pelos académicos (**Gráfico 5**), é possível concluir que é entre os doutorados que se verificam maiores níveis de *inbreeding*.

De facto, observando os dados, torna-se claro que o *inbreeding* assume uma maior expressão ao nível dos doutoramentos (42,6%). Esta proporção é bastante inferior à identificada por Heitor e Horta (2004), referente às duas maiores escolas portuguesas de Engenharia (Instituto Superior Técnico e Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto), onde o nível de *inbreeding* entre os doutorados rondava os 80%. Esta diferença pode ser justificada, não só pelo universo do estudo como, também, pela metodologia usada pelos autores, baseada na análise dos contratos dos professores Auxiliares.

Gráfico 5 – Inbreeding por tipo de grau académico



Como referido anteriormente, é nas universidades públicas que o *inbreeding* assume contornos mais visíveis. Em contrapartida, apenas uma pequena minoria dos académicos nas universidades privadas obteve o doutoramento nessa mesma universidade. Esta discrepância poderá dever-se ao facto de as universidades públicas serem as instituições que há mais tempo oferecem este grau. Tal tem permitido que estas instituições detenham o quase monopólio da oferta de doutoramentos, situação que, aliás, se pode confirmar dos resultados da Tabela seguinte (Tabela 21).

Tabela 21 – Evolução dos doutoramentos em Portugal nas universidades públicas e privadas

Ano Doutoramento	Nº de doutoramentos	
	Universidades Públicas	Universidades Privadas
1970-1979	288	4
1980-1989	1237	10
1990-1999	3754	69
2000-2009	9917	278
Total	15196	361

Fonte: GPEARI/MCTES 2011

Apesar do ligeiro aumento registado no número de doutoramentos conferidos pelas universidades privadas, em especial na última década, a verdade é que as universidades públicas são, desde 1970, responsáveis pela concessão de 15.196 doutoramentos contra os 361 das universidades privadas.

Estes resultados parecem sugerir que, não obstante a criação de um subsistema universitário privado, os modos de recrutamento dos académicos parecem ter-se mantido idênticos, indiciando a permanência do fechamento do mercado de trabalho académico (Musselin, 2004). Não obstante o carácter recente da legislação que enquadra a Nova Gestão Pública (RJIES, Decretos-lei 205/2009) é possível assumir que as mudanças introduzidas nos sistemas de governação e gestão das universidades públicas, nos últimos anos, configurando a passagem de um modelo colegial para um modelo mais *managerial*, não parecem, ainda, ter tido efeitos nesses mesmos modos de recrutamento. De facto, a expectativa de abertura da carreira académica e o aumento da formalização das práticas de recrutamento parecem não ter sido suficientemente fortes para minimizar, ou neutralizar, o fenómeno do *inbreeding*, que as condições institucionais anteriores tinham encorajado (Cardoso et al., 2011).

Dada a expressiva presença do *inbreeding* entre os doutorados, torna-se pertinente restringir a sua definição ao conceito mais amplamente adotado ao nível da literatura – o recrutamento, para o pessoal académico de uma universidade, de estudantes que nela tenham concluído o doutoramento (Cruz-Castro & Sanz-Menéndez, 2010; Heitor & Horta, 2004; Horta et al., 2010). Circunscreve-se, também, a sua análise apenas aos académicos do subsistema universitário qualificados com este grau, uma vez que o mesmo não é conferido pelas instituições politécnicas. Neste sentido, a análise subsequente circunscreve-se, apenas, ao setor (público ou privado) e subsistema universitário, tendo em consideração o sexo, a área científica do doutoramento e a posição dos académicos na carreira.

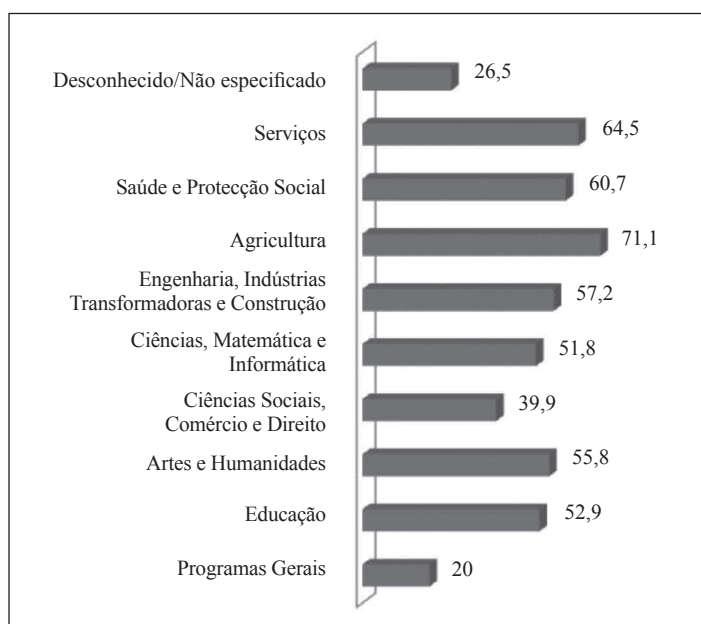
3.4.2. O *inbreeding* por área científica do doutoramento

Procuramos, agora, compreender se o *inbreeding* varia em função da área disciplinar em que se enquadra o doutoramento dos académicos. A análise do **Gráfico 6** permite concluir que, embora o nível de *inbreeding* não seja idêntico em todas as áreas analisadas, o fenómeno está presente em quase todas, com maior ou menor visibilidade. A maioria das áreas apresenta valores de *inbreeding* superiores a 50%, sendo a área de Ciências Sociais, Comércio e Direito⁶ a única exceção, com cerca de 40%. Tal como referido anteriormente, esta menor proporção poderá ficar a dever-se ao facto das Ciências Sociais serem relativamente recentes no campo do ensino superior. Nesta área, a formação ao nível do doutoramento era, até 1974, maioritariamente obtida fora do país.

⁶ O facto da presente análise ter sido realizada com base em grandes áreas disciplinares, não nos permitiu captar especificidades e diversidades relativamente ao *inbreeding*, para cada área específica. Porém, com base num estudo recente, sobre a prevalência do fenómeno na académica portuguesa (Cardoso et al., 2011), é possível constatar que, por exemplo, a Sociologia e o Direito, áreas integradas na grande área das Ciências Sociais, Comércio e Direito, apresentam, entre si, diferenças no nível de *inbreeding*. Enquanto a Sociologia emerge como uma das áreas com maior prevalência do fenómeno, o Direito surge entre aquelas onde este, embora relevante, é menos expressivo. Estas diferenças parecem ser explicadas, não só pelo grau de maturidade da área, quer dentro do campo do ES, quer da IES, mas também pela “idade” da instituição, ou seja, a sua criação, mais ou menos recente, no setor.

A área científica com valores mais elevados de *inbreeding* é a Agricultura (71,1%), logo seguida pela dos Serviços (64,5%) e pela da Saúde e Proteção Social (60,7%). Porém, para qualquer um dos casos, desconhece-se a existência de estudos que ajudem a explicar a prevalência do fenómeno.

Gráfico 6 – *Inbreeding* por área científica do doutoramento



Deste modo, o *inbreeding* pode funcionar como um mecanismo visando assegurar a produção e reprodução de “escolas” específicas de pensamento nas ‘tribos e territórios’ académicos circunscritos pela área disciplinar (Becher & Trowler, 2001). Neste contexto, é mais provável que se promova o recrutamento de doutorados, profissional e academicamente socializados no mesmo ambiente organizacional, onde se partilha, produz e reproduz o mesmo tipo de conhecimento formal, de crenças e de normas institucionais, académicas e científicas (Cardoso et al., 2011).

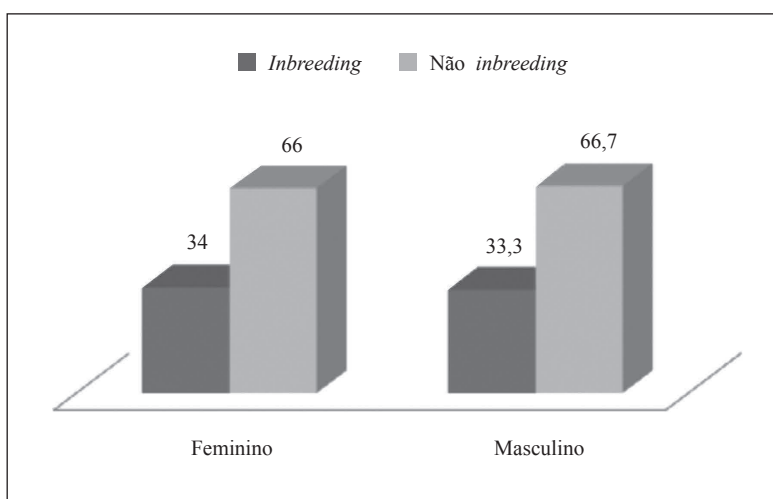
Tendo em mente esta hipótese, o *inbreeding* pode estar relacionado com os mecanismos de reprodução inerentes aos processos de recrutamento de académicos para a carreira. Tais mecanismos pressupõem o patrocínio, a proteção e a dependência dos académicos em situação de *inbreeding*, relativamente aos ‘líderes’ académicos. Recorrendo à instrumentalização do seu prestígio institucional e científico, estes líderes constituem-se como os principais atores da reconstrução e manutenção das ‘tribos e territórios’ académicos (Becher & Trowler, 2001). O controlo e a regulação desses mecanismos são exercidos, não só nas comissões responsáveis pelo recrutamento mas, também, nas interações e dimensões simbólicas do funcionamento das instituições.

Neste sentido, o *inbreeding* pode ser considerado como uma estratégia burocrática, política e simbólica de defesa coletiva (e individual), orientada para a produção e reprodução de ideologias e sistemas de poder acadêmico (Cardoso et al., 2011). Neste contexto, o fenômeno de *inbreeding* pode ser percebido como promovendo a lealdade dos acadêmicos e reforçando a continuidade e a estabilidade institucionais (Padilla, 2008).

3.4.3. O *inbreeding* por gênero

Não existem diferenças significativas entre os níveis de *inbreeding* referentes a homens e a mulheres na academia.

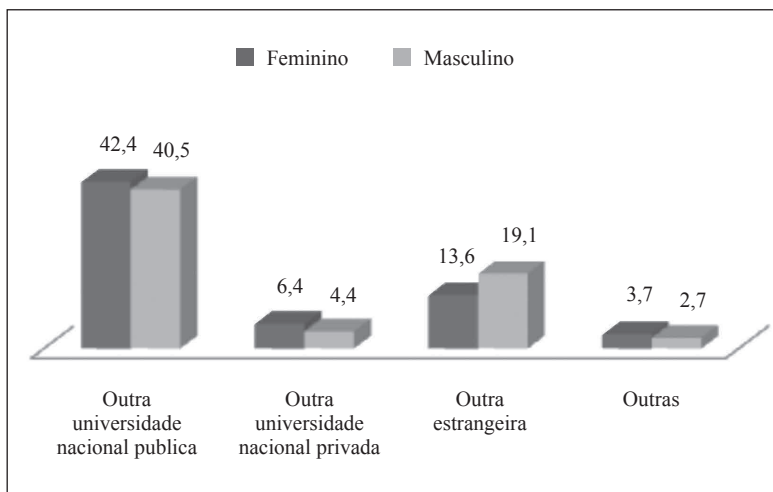
Gráfico 7 – *Inbreeding* por gênero



Como podemos constatar no **Gráfico 7**, o *inbreeding* ocorre de modo idêntico em ambos os sexos (34%, mulheres; 33,3%, homens).

Entre os acadêmicos que não obtiveram o doutoramento na mesma universidade onde exercem a sua atividade (**Gráfico 8**), apenas nos que obtiveram este grau numa universidade estrangeira é que se identifica uma diferença mais considerável entre homens (19,1%) e mulheres (13,6%). Esta diferença, ainda que ligeira, parece confirmar dados de estudos internacionais, que sublinham que, na academia, as mulheres tendem a envolver-se menos que os homens em programas de mobilidade, sobretudo internacional, por razões de ordem pessoal, ou familiar, relacionadas com o conflito trabalho-família (Ackers, 2004; 2005).

Gráfico 8 – Distribuição dos académicos em situação de não *inbreeding*, por sexo e tipo de IES conferente do doutoramento



3.4.4. O *inbreeding* e a posição na carreira

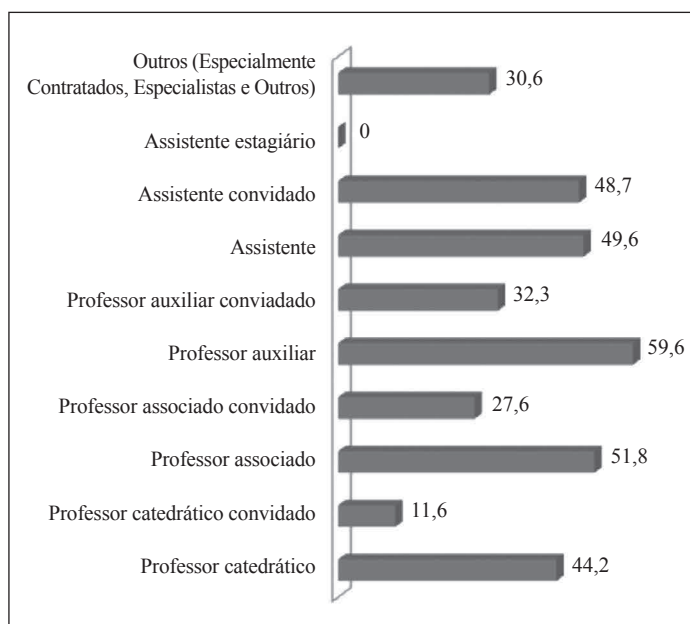
São vários os estudos que procuram relacionar o *inbreeding* com a mobilidade dos docentes, a progressão na carreira, a estabilidade no emprego e a produção científica. O *inbreeding* é, assim, associado a uma fraca mobilidade do corpo docente (Cruz-Castro & Sanz-Menéndez, 2010), o que, por sua vez, se pode refletir no desempenho académico, nomeadamente em menos produtividade na investigação, e na estabilidade de emprego e progressão académicas. Os académicos em situação de *inbreeding* tendem, mais do que os que não se encontram nesta situação, a apresentar menor produção científica e menor qualidade desta produção, a sua progressão na carreira parece ser mais lenta e a sua estabilidade de emprego mais precária (Cruz-Castro & Sanz-Menéndez, 2010; Horta et al., 2010).

No sentido de, eventualmente, contribuir para confirmar a verificação, ou não, destas tendências entre os académicos portugueses em situação de *inbreeding* procura-se, de seguida, analisar o fenómeno de acordo com a posição na carreira (**Gráfico 9**). Mais adiante neste trabalho (subseção 2.6 – Referências a publicações), tenta-se, por seu turno, perceber em que medida o *inbreeding* tem impacto nas publicações referidas pelos académicos portugueses.

Com exceção das categorias da carreira paralela (Assistente, Professor Auxiliar, Professor Associado e Professor Catedrático convidados) e da de Assistente Estagiário, todas as categorias integradas na carreira formal apresentam níveis relativamente elevados de *inbreeding*. Muito provavelmente, os níveis mais baixos de *inbreeding*

nos convidados poderão estar ligados ao facto de estes académicos terem filiação dupla, isto é, pertencerem a mais do que uma instituição. Uma abordagem mais detalhada permitiria concluir se estes académicos estão em situação de *inbreeding* noutras instituições.

Gráfico 9 – *Inbreeding* por categoria profissional



Embora na categoria de Assistente metade dos académicos sejam *inbreeders* (50%), é na categoria de Professor Auxiliar (59,6%) que o fenómeno assume maior expressão. Porém, a sua prevalência continua a ser significativa nas categorias de topo da carreira – Professores Associados (51,8%) e Catedráticos (44,2%). A relativa menor expressividade do *inbreeding* em relação a esta última categoria poderá justificar-se pelo facto dos académicos, aqui representados, terem iniciado a sua carreira numa altura em que existia pouca oferta de formação pós-graduada em Portugal, o que os poderá ter motivado a realizar os seus doutoramentos noutras universidades fora do país. Não obstante esta tendência no topo (catedráticos), os dados anteriores não parecem corroborar totalmente os resultados de estudos empíricos realizados noutros contextos nacionais, que revelam que o *inbreeding* tende a estar presente nas categorias profissionais mais instáveis (Cruz-Castro & Sanz-Menéndez, 2010). Porém a categoria de Professor Auxiliar constitui uma exceção. Nesta categoria a estabilidade de emprego é menor, quando comparada com as categorias de Professor Associado e de Professor Catedrático. Esta maior precariedade encontra-se expressa no enquadramento legal da carreira, quando se estipula que:

Os professores auxiliares são contratados por tempo indeterminado com um período experimental de cinco anos, findo o qual, em função de avaliação específica da atividade desenvolvida realizada de acordo com critérios fixados pelo órgão legal e estatutariamente competente da instituição de ensino superior e sob proposta fundamentada aprovada por maioria de dois terços desse mesmo órgão:

- a) É mantido o contrato por tempo indeterminado; ou
- b) Após um período suplementar de seis meses, de que o docente pode prescindir, querendo, cessa a relação contratual, regressando o docente, se for caso disso, à situação jurídico-funcional de que era titular antes do período experimental, quando constituída e consolidada por tempo indeterminado (art.º 25 do Estatuto da Carreira docente universitária, Decreto-Lei n.º 205/2009).

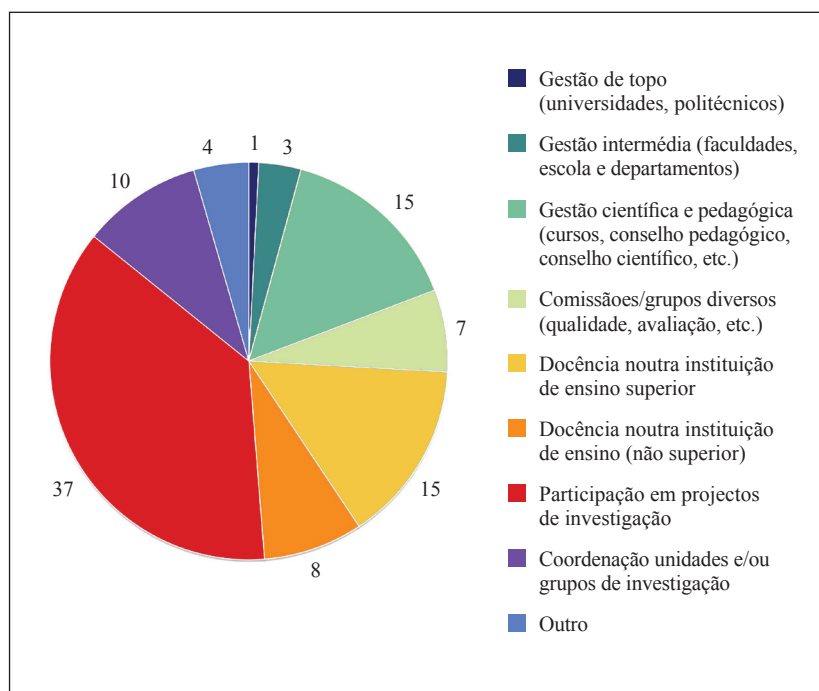
Adicionalmente, os Professores Auxiliares, para além de constituírem a base da carreira docente universitária, não estão verdadeiramente protegidos face à instabilidade de emprego, porque não pertencem ao quadro das instituições. A entrada para este quadro apenas acontece após um período experimental, com a duração máxima de cinco anos. Só no fim deste período, os académicos podem obter um contrato individual de vinculação com duração indeterminada. As únicas categorias profissionais que gozam de estabilidade de emprego e, concomitantemente, estão mais protegidas, são, precisamente, as de Professor Associado e Professor Catedrático.

Tendo analisado, nas anteriores subsecções deste trabalho, a distribuição e a situação na carreira dos académicos, bem como, em relação ao seu recrutamento, a presença do fenómeno de *inbreeding*, procura-se, de seguida, caracterizar a experiência académica e as publicações destes profissionais. Estas dimensões constituem-se como nucleares numa caracterização como aquela que aqui se propõe.

3.5. Experiência académica

Uma outra variável usada na caracterização dos académicos Portugueses é a experiência académica. Tal como é possível constatar pela análise do **Gráfico 10**, entre as diferentes experiências académicas, a mais frequente relaciona-se com a participação em projetos de investigação (37%). Também relevantes, embora com menor expressividade, são as experiências com atividades de gestão científica e pedagógica (15%) e com a docência noutras instituições (15%). A relativa predominância da participação em projetos de investigação poderá decorrer da crescente pressão, no meio académico, para o aumento da produção científica. Esta é valorizada, não só em termos institucionais, dado que influencia a posição das IES nos resultados da acreditação (A3ES) e nos *rankings* mas, também, em termos individuais, atendendo ao enorme peso dessa produção na avaliação de desempenho.

Gráfico 10 – Distribuição dos académicos por diferentes tipos de experiências



Em contrapartida, as experiências no âmbito da gestão de topo (1%) e intermédia (3%), bem como com ‘outras’ atividades (4%), são as que apresentam menor relevância.

Há, no entanto, diferenças por setor e subsistema, no que respeita às experiências académicas (**Tabela 22**). É possível constatar, por exemplo, que a participação em projetos de investigação assume uma relevância considerável em todas as IES, com exceção dos politécnicos privados (universidade pública – 27,1%; universidade privada – 20,9%; politécnico público – 23,7%; politécnico privado – 17,3%). No entanto, é nas universidades públicas que esta experiência emerge como a mais mencionada pelos académicos nas fichas individuais. Este dado, aliado ao peso que nas universidades públicas assume a coordenação de unidades ou grupos de investigação (10,7%), poderá indiciar que é nestas instituições que se concentra grande parte da investigação realizada no sistema científico nacional. No caso das restantes instituições a experiência mais referida corresponde à docência noutra IES (universidade pública – 17,2%; universidade privada – 36,8%; politécnico público – 27,9%; politécnico privado – 36,5%). O peso desta experiência decorre, em particular, da sua importância nas universidades e politécnicos privados. Tal ficar-se-á a dever à já mencionada existência de docentes das instituições privadas que lecionam, simultaneamente, noutras IES.

Tabela 22 – Experiência académica por subsistema e setor

		Tipo de Instituição				Total
		Universidade		Politécnico		
		Pública	Privada	Público	Privado	
Gestão de Topo	N	706	433	211	105	1455
	%	1,4	1,8	0,6	0,7	1,2
Gestão intermédia	N	1624	817	1014	349	3804
	%	3,2	3,3	2,8	2,3	3
Gestão científica e pedagógica	N	11304	4164	8252	3294	27014
	%	22,5	16,9	23,1	22,1	21,5
Comissões/grupos diversos	N	4676	1159	1702	560	8097
	%	9,3	4,7	4,8	3,8	6,5
Docência noutra IES	N	8626	9089	9973	5440	33128
	%	17,2	36,8	27,9	36,5	26,4
Docência noutra instituição de ensino (não superior)	N	2245	1955	4047	1820	10067
	%	4,5	7,9	11,3	12,2	8
Participação projetos de investigação	N	13604	5170	8478	2579	29831
	%	27,1	20,9	23,7	17,3	23,8
Coordenação unidades e/ou grupos de investigação	N	5391	1641	1280	488	8800
	%	10,7	6,6	3,6	3,3	7
Outro	N	1978	0	0	0	3274
	%	3,9	1	2,2	1,7	2,6
Total	N	50154	24681	35750	14885	125470
	%	100	100	100	100	100

NB: o número total de académicos difere do número de fichas devido à existência de casos omissos, correspondendo ao não preenchimento de alguns campos.

A gestão científica e pedagógica, embora menos expressiva que as anteriores experiências, tende, também, a ocupar uma posição relevante, sendo mencionada, preferencialmente, pelos académicos das universidades e politécnicos públicos e dos politécnicos privados.

O facto de as experiências mais referidas pelos académicos serem as constituídas pela participação em projetos de investigação e a docência noutras instituições de ensino superior parece alinhar-se com uma conceção do ensino superior ligada à tradição *Humboldtiana*. Esta ditou que a estruturação da profissão académica se desenhasse em torno das atividades de ensino e investigação, sendo as duas interpretadas como interdependentes. Porém, o advento da Nova Gestão Pública (NPG) e da sociedade do conhecimento, poderia indiciar uma maior centralidade da investigação do que aquela que se verifica. A sociedade do conhecimento induz a uma maior ênfase na investigação aplicada ou orientada para as necessidades da economia, tendência que tende a ser reforçada pela NPG, dada a centralidade que esta atribui aos indicadores quantitativos. Tal tendência tem expressividade no novo enquadramento legal, quer das instituições (RJIES), quer da própria carreira (Decretos-Lei 205 e 207/2009), que induziu as IES à definição de medidas de avaliação (institucional e individual) mais quantitativas.

Além do tipo de instituição de ensino superior, outra variável relevante na análise das experiências académicas é representada pelo género.

A análise da experiência académica por género (**Tabela 23**) revela que os homens referem, em geral, mais experiências académicas do que as mulheres em todos os domínios. Porém, há domínios em que as diferenças são mais relevantes. Tal é o caso das experiências na gestão, quer esta se refira ao nível do topo (73,2%), da gestão intermédia (64,5%), ou da gestão científica e pedagógica (56,4%). Estes dados traduzem uma tendência internacional estritamente relacionada com a segregação vertical (Carvalho & Machado, 2011; White et al., 2011). De facto, estando mais concentrados nas posições de topo da carreira (ver **Tabelas 12 e 13**), os homens estão em melhores condições institucionais para desempenhar cargos relacionados com aqueles tipos de gestão. Não obstante, diversos estudos têm reclamado a existência de uma cultura masculina nas instituições, que determina que os homens sejam mais facilmente associados a funções de topo (Hearn, 2011; Husu, 2011; O'Connor, 2011).

Os estudos que abordam os fatores que interferem na progressão das mulheres na carreira académica tendem a identificar os de natureza institucional e, mais concretamente, os relacionados com diferentes experiências académicas, como os mais relevantes. A literatura revela que as mulheres possuem menos oportunidades de participação em projetos de investigação, dado que são, mais frequentemente, responsáveis por questões/funções relacionadas com atividades pedagógicas e administrativas (Carvalho & Machado, 2011; White et al., 2011; Carvalho & Santiago, 2008; Husu, 2011; LeFeuvre, 2009). Não obstante, os dados da **Tabela 23** revelam que as experiências de participação em projetos assumem proporções aproximadas para homens e mulheres (56,8% vs 43,2%).

Tabela 23 – Experiência académica por género no ensino superior

		Sexo		Total
		M	H	
Gestão de Topo	N	391	1066	1457
	%	26,8	73,2	100
Gestão intermédia	N	1351	2459	3810
	%	35,5	64,5	100
Gestão científica e pedagógica	N	11776	15263	27039
	%	43,6	56,4	100
Comissões/grupos diversos	N	3728	4376	8104
	%	46	54	100
Docência noutra IES	N	11538	21675	33213
	%	34,7	65,3	100
Docência noutra instituição de ensino (não superior)	N	4362	5716	10078
	%	43,3	56,7	100
Participação em projetos de investigação	N	13929	15952	29881
	%	46,6	53,4	100
Coordenação unidades e/ou grupos de investigação	N	3816	5009	8825
	%	43,2	56,8	100
Outros	N	1643	1651	3294
	%	44,9	50,1	100
Total	N	13894	18074	31968
	%	43	57	100

A análise das experiências dos académicos, de acordo com a posição que estes ocupam na carreira, ao nível do subsistema universitário (**Tabela 24**), permite concluir que as experiências anteriormente identificadas como as mais frequentes – participação em projetos de investigação, gestão científica e pedagógica e docência noutras IES – são, também, mais comuns entre os Professores Auxiliares (39,9%, 40,9% e 43,4%, respetivamente). Aliás, são estes os académicos que tendem a deter a maior diversidade e quantidade de experiências, incluindo a relacionada com algumas das atividades anteriormente identificadas (ver **Gráfico 10**) como menos relevantes (gestão intermédia e outras atividades). Esta concentração de experiências nesta categoria profissional decorre, eventualmente, do facto de muitas das atividades académicas terem de ser exercidas por profissionais doutorados, integrados na carreira, e com algum percurso institucional.

As exceções ao anterior cenário são constituídas pela gestão de topo, onde os Professores Catedráticos constituem a categoria com maior percentagem de experiências (40,1%), e a docência em instituições de ensino não superiores, onde a categoria com mais experiências citadas é a constituída pelos Assistentes Convidados (26,9%). A primeira situação parece decorrer do facto de, apesar das recentes medidas de alteração do modelo de governação induzidas pela NGP, permanecer, nas instituições de ensino superior, uma estrutura colegial que determina a necessidade de legitimidade académica para o exercício de cargos na gestão de topo. Em contrapartida, a segunda situação pode ser explicada pelo facto de os Assistentes Convidados, normalmente em regime de tempo parcial, e em início de carreira, necessitarem de recorrer a formas alternativas de rendimento.

Tabela 24 – Experiência acadêmica por categoria profissional no subsistema universitário

	Cated.	Assoc.	Aux.	Assist.	Assist. Estag.	Cated. Conv.	Assoc. Conv.	Aux. Conv.	Assist. Conv.	Assist. Estag. Conv.	Outros	Total
Gestão Topo	N 158	79	76	19	4	11	11	14	11	0	11	394
	% 40,1	20,1	19,3	4,8	1	2,8	2,8	3,6	2,8	0	2,8	100
Gestão intermédia	N 350	419	555	71	6	30	19	44	42	0	48	1584
	% 22,1	26,5	35	4,5	0,4	1,9	1,2	2,8	2,7	0	3	100
Gestão científica e pedagógica	N 838	1417	2476	367	36	67	90	314	268	0	187	6060
	% 13,8	23,4	40,9	6,1	0,6	1,1	1,5	5,2	4,4	0	3,1	100
Comissões/grupos diversos	N 355	610	1577	257	20	22	35	121	167	2	115	3281
	% 10,8	18,6	48,1	7,8	0,6	0,7	1,1	3,7	5,1	0,1	3,5	100
Docência noutra IES	N 497	787	1907	893	73	153	193	928	878	5	558	6872
	% 7,2	11,5	27,8	13	1,1	2,2	2,8	13,5	12,8	0,1	8,1	100
Docência em INS	N 20	80	440	427	85	4	16	150	517	0	184	1923
	% 1	4,2	22,9	22,2	4,4	0,2	0,8	7,8	26,9	0	9,6	100
Projetos de investigação	N 900	1971	6666	1996	288	199	238	1417	2204	3	841	16723
	% 5,4	11,8	39,9	11,9	1,7	1,2	1,4	8,5	13,2	0	5,1	100
Coordenação investigação	N 813	1356	2104	212	24	76	110	342	241	1	259	5538
	% 14,7	24,5	38	3,8	0,4	1,4	2	6,2	4,4	0	4,7	100
Outro	N 185	314	943	222	24	12	21	104	189	0	160	2174
	% 8,5	14,4	43,4	10,2	1,1	0,6	1	4,8	8,7	0	7,3	100
Total	N 1188	2027	5362	1881	275	187	267	1281	1883	5	850	15206
	% 7,8	13,3	35,3	12,4	1,8	1,2	1,8	8,4	12,4	0	5,6	100

Tabela 25 – Experiência acadêmica por categoria profissional no subsistema politécnico

	Coordenador com Agregação		Coordenador	Adjunto	Assistente (1º e 2º triênios)	Equivalente Coordenador	Equivalente Adjunto	Equivalente Assistente	Outros	Total
Gestão de Topo	N	4	40	78	19	6	14	10	4	175
	%	2,3	22,9	44,6	10,8	3,4	8	5,7	2,3	100
Gestão intermédia	N	12	226	388	65	24	73	39	21	848
	%	1,4	26,7	45,8	7,6	2,8	8,6	4,6	2,4	100
Gestão Científica e pedagógica	N	28	849	2014	511	86	607	306	87	4488
	%	0,6	18,9	44,9	11,4	1,9	13,5	6,8	1,9	100
Comissões/grupos diversos	N	15	236	555	235	16	181	109	39	1386
	%	1,1	17	40	16,9	1,2	13,1	7,9	2,8	100
Docência noutra IES	N	33	402	1058	872	108	597	515	189	3774
	%	0,9	10,7	28	23,1	2,9	15,8	13,6	5	100
Docência em INS	N	3	109	838	1254	20	562	858	268	3912
	%	0,1	2,8	21,4	32	0,5	14,4	21,9	6,9	100
Projetos de Investigação	N	37	1059	3039	2007	135	1436	1366	243	9322
	%	0,4	11,4	32,6	21,6	1,4	15,4	14,7	2,6	100
Coordenação	N	30	254	451	205	26	182	124	51	1323
	%	2,3	19,2	34,1	15,5	2	13,8	9,4	3,9	100
Investigação	N	3	66	279	266	14	169	187	50	1034
	%	0,3	6,4	27	25,7	1,4	16,3	18,1	4,8	100
Total	N	43	940	2846	2301	136	1408	1449	348	9471
	%	0	9,9	30	24,3	1,4	14,9	15,3	3,7	100

O mesmo tipo de análise, desta feita para o subsistema politécnico (**Tabela 25**), revela que as tendências identificadas para os Professores Auxiliares se verificam, agora, para o caso dos Professores Adjuntos. Eventualmente, este fenómeno parece significar que são os académicos nesta posição os que maior experiência detêm relativamente às várias atividades, incluindo, ao invés do subsistema universitário, a gestão de topo (44,6%). A natureza das instituições politécnicas e a forma como foram instaladas, poderá ter conduzido a que os académicos se mantivessem nos cargos de gestão de topo, sem deterem as qualificações necessárias (doutoramentos e mestrados), tendo, por isso, menores oportunidades para ascender na carreira.

A única exceção ao anterior cenário, é constituída pela docência em instituições de ensino não superior, uma experiência detida sobretudo pelos Assistentes (1º e 2º triénios). Não menosprezando a interferência, a este nível, das razões avançadas para o caso dos Assistentes Convidados, esta tendência poderá explicar-se, também, pela natureza vocacional dos politécnicos. Esta poderá conduzir à preferência pelo recrutamento de profissionais com outras experiências de trabalho, nomeadamente no âmbito das instituições de ensino não (como acontece, por exemplo, nas Escolas Superiores de Educação, que recrutam docentes destas instituições para o acompanhamento de estágios).

3.6. Referências a publicações

No âmbito do preenchimento das fichas individuais, os docentes foram solicitados a registar a ‘investigação e/ou atividades de desenvolvimento profissional de alto nível relevantes’ (ver **Anexo 1**). Com base na informação agregada desses registos, foi possível analisar algumas tendências gerais sobre as publicações dos académicos, embora, tal como sublinhado anteriormente (ver **Metodologia**), estes resultados tenham de ser perspetivados com algumas reservas.

3.6.1. Tipo de publicações

Do total de académicos incluídos na base, 21,355 identificaram algum tipo de publicação. Importa relembrar, que estas publicações não correspondem à produção científica dos académicos mas, tão só, às cinco referências consideradas mais relevantes nos últimos anos.

Do total de referências, 10,660 provinham das universidades públicas, 3,950 das universidades privadas, 4,871 dos politécnicos públicos e 1,874 dos politécnicos privados.

O tipo de publicações mais frequentemente referido pelos académicos são os artigos internacionais (39,4%), seguido dos artigos em atas internacionais (12,4%) e dos artigos nacionais (11,8%) (**Tabela 26**). Estes resultados ilustram uma tendência para a valorização, por um lado, dos artigos como meio privilegiado de disseminação e,

por outro, a comunidade internacional como principal público-alvo da produção científica. Este facto permite avançar a hipótese de que os académicos terão a percepção de que a publicação em revistas internacionais constitui a forma mais relevante de disseminação do seu trabalho.

Tabela 26 – Publicações dos académicos

	N	%
Livros nacionais	7000	8,9
Livros internacionais	1125	1,4
Capítulos nacionais	2314	2,9
Capítulos internacionais	2050	2,6
Artigos nacionais	9263	11,8
Artigos internacionais	30998	39,4
Artigos atas nacionais	5534	7
Artigos atas internacionais	9763	12,4
Atividade artística	3177	4
Teses/dissertações	2810	3,6
Outros	4695	6
Total	78729	100

Importa, porém, aprofundar a análise da produção científica, tentando perceber se existem diferenças por setor e subsistema de ensino superior, bem como por variáveis relacionadas com as qualificações, o sexo, a área científica do grau mais elevado e a posição que os académicos ocupam na carreira.

3.6.2. Publicações, setor e subsistema de ensino superior

A análise da **Tabela 27** permite concluir que, independentemente do setor e subsistema (público/privado, universitário/politécnico) a que estão vinculados, os académicos tendem a referir como publicação mais relevante os artigos internacionais. Sublinhe-se, no entanto, que é nas universidades públicas que esta referência assume uma maior expressão (54%). Por outro lado, os académicos do subsistema politécnico privado referem, em primeiro lugar, os artigos nacionais, embora com uma diferença pouco significativa em relação aos artigos internacionais (20,3% vs. 19,1%). Os artigos nacionais constituem a segunda referência mais relevante nas universidades privadas (16,1%), embora seguidos bastante de perto pelos livros nacionais (15,5%). Nas universidades e politécnicos públicos, a segunda referência é constituída pelos artigos em atas internacionais (10,3% e 19,7%, respetivamente). Estes dados parecem indiciar uma maior tendência, nas instituições públicas, para a divulgação internacional da produção científica, tal como anteriormente referido.

Seria de esperar, de alguma forma, que as publicações, em particular os artigos internacionais, se concentrassem, sobretudo, nas universidades, já que é nestas instituições que, em virtude da sua natureza e missão, se coloca uma maior ênfase na investigação. Porém, a pressão atual para o aumento da produção científica em todas as instituições, em muito enquadrada pelo desenvolvimento de sistemas de avaliação e acreditação das IES/cursos e pela emergência da avaliação individual de desempenho docente, parece explicar a valorização da produção científica também nos politécnicos.

Tabela 27 – Publicações por tipo de IES

		Tipo de Instituição			
		Universidade		Politécnico	
		Pública	Privada	Público	Privado
Livros nacionais	N	3399	2096	817	687
	%	8,0	15,5	4,9	11,5
Livros internacionais	N	628	330	78	73
	%	1,5	2,4	0,5	1,2
Capítulos nacionais	N	1297	563	318	136
	%	3,0	4,2	1,9	2,3
Capítulos internacionais	N	1410	329	249	56
	%	3,3	2,4	1,5	0,9
Artigos nacionais	N	3528	2168	2352	1213
	%	8,3	16,1	14,2	20,3
Artigos internacionais	N	22960	2908	3851	1142
	%	54,0	21,6	23,3	19,1
Artigos atas nacionais	N	1419	1177	2188	748
	%	3,3	8,7	13,2	12,5
Artigos atas internacionais	N	4394	1459	3257	646
	%	10,3	10,8	19,7	10,8
Atividade artística	N	636	627	1531	382
	%	1,5	4,6	9,3	6,4
Teses / Dissertações	N	694	852	840	424
	%	1,6	6,3	5,1	7,1
Outros	N	2189	983	1036	480
	%	5,1	7,3	6,3	8,0
Total	N	42554	13492	16517	5987
	%	100	100	100	100

Simultaneamente, o facto de os artigos internacionais se concentrarem mais nas universidades públicas do que nas privadas pode justificar-se, por um lado, pela existência de redes de investigação mais consolidadas no setor público, dado o maior tempo de institucionalização e, por outro, pelo facto de as privadas parecerem valorizar mais o ensino do que a investigação, no sentido de corresponderem às expectativas e necessidades percebidas dos estudantes. No entanto, estes dados carecem de análises mais profundas e cuidadas.

Por último, o facto dos docentes das universidades públicas portuguesas fazerem, mais frequentemente que os das restantes instituições, referência a publicações poderá ser explicado, não só pelas características das universidades públicas mas, também, pelo processo histórico da evolução do sistema de ensino superior em Portugal. Por um lado, é possível assumir que, pelo seu surgimento mais tardio e pelo facto de terem emergido, sobretudo, ligadas à missão de ensino, as universidades privadas tenham menor produção científica que as públicas, pelo que os seus académicos terão, também, menor propensão para identificar publicações. Por outro lado, a mesma situação poderá caracterizar, igualmente, os politécnicos, desta feita devido à sua orientação mais vocacional.

2.6.3. Publicações e qualificação dos académicos

A análise da produção científica dos académicos, de acordo com as suas qualificações (grau mais elevado), permite concluir sobre a existência de diferenças no tipo de publicação (**Tabela 28**).

Tabela 28 – Publicações por tipo de qualificação

		Grau				
		Doutoramento	Mestrado	Licenciatura	Bacharelato	Outros
Livros nacionais	N	4648	1456	857	14	2
	%	9,1	8,1	9,1	9,6	1,3
Livros internacionais	N	959	105	60	0	0
	%	1,9	0,6	0,6	0	0
Capítulos nacionais	N	1509	541	263	1	0
	%	3	3	2,8	0,7	0
Capítulos internacionais	N	1657	242	150	0	1
	%	3,3	1,3	1,6	0	0,6
Artigos nacionais	N	4545	3148	1556	1	3
	%	8,9	17,5	16,6	0,7	1,9
Artigos internacionais	N	26185	3098	1689	5	4
	%	51,5	17,3	18,0	3,4	2,5
Artigos atas nacionais	N	1856	2434	1229	5	4
	%	3,7	13,6	13,1	3,4	2,5
Artigos atas internacionais	N	5514	3140	1086	11	4
	%	10,8	17,5	11,6	7,5	2,5
Atividade artística	N	361	1001	1419	101	129
	%	0,7	5,6	15,1	69,2	81,1
Teses/Dissertações	N	1204	1434	169	0	3
	%	2,4	8	1,8	0	1,9
Outros	N	2399	1343	914	8	9
	%	4,7	7,5	9,7	5,5	5,7
Total	N	50837	17942	9392	146	159
	%	100	100	100	100	100

A tendência para referir a publicação de artigos internacionais é mais frequente sobretudo entre os doutorados (51,5%) e menos expressivamente entre os mestres (17,3%) e licenciados (18%). Em relação aos restantes tipos de publicação, os artigos nacionais constituem a segunda publicação mais referida pelos académicos com licenciatura (16,6%). Os académicos com mestrado referem de igual modo este tipo de publicação, a par com os artigos em atas internacionais (ambos com 17,5%). Estes últimos artigos constituem, também, o segundo tipo de publicação mais referido pelos doutorados (10,8%), embora com uma expressão claramente menos significativa que a assumida pelos artigos em revistas internacionais. Por último, é de salientar que a produção de atividade artística é, maioritariamente, referida pelos académicos com licenciatura e bacharelato (15,1% e 69,2%), o que poderá ficar a dever-se à introdução tardia do doutoramento em determinadas áreas onde, concomitantemente, se valoriza menos a produção científica, estritamente ligada à publicação de artigos.

Parece, assim, que a obtenção do grau de doutoramento se relaciona positivamente com o aumento de publicações internacionais, o que poderá indiciar uma maior ‘maturidade’ e caráter internacional da investigação desenvolvida. Deste modo, é possível afirmar que o doutoramento se constitui como uma condição essencial para o incremento da produção científica com impacto internacional. Sabendo que, no sistema de ensino superior português, existem 44,8% de doutorados (ver **Tabela 4**), é possível esperar um aumento dessa produção científica, decorrente do aumento do número de académicos que venham a obter este grau.

A ênfase nas publicações internacionais e o enfoque na participação em projetos de investigação (ver **Gráfico 10**), parecem emergir como resultado da sua valorização, quer pelos académicos, quer pelo exterior, em particular, vinda da avaliação da qualidade e dos organismos que a coordenam, como é disso exemplo, a A3ES. Considerando que os dados em análise foram solicitados pela Agência, não parece improvável, também, que a preferência dos académicos pelo registo de publicações internacionais e a projetos de investigação derive da perceção de uma eventual pressão para a realização de *outputs* específicos tendo em vista a obtenção de uma avaliação positiva do seu desempenho individual, ou do das próprias instituições.

Um outro elemento-chave para a compreensão da ênfase concedida às publicações internacionais pode estar relacionada com a chamada sociedade/economia do conhecimento. A inserção dos académicos num espaço mais alargado, além-fronteiras do Estado-Nação, e a partilha do conhecimento produzido não serão alheias, também, à valorização do conhecimento internacionalmente divulgado e reconhecido como elemento central da profissão académica. Tal facto torna pertinente tentar perceber se esta valorização tem como objeto todo o conhecimento científico, ou se recai, preferencialmente, sobre o conhecimento produzido no âmbito de certas áreas científicas.

No sentido de contribuir (ainda que parcialmente) para este esclarecimento, analisa-se, de seguida, a relação entre as publicações e a área científica de proveniência dos académicos, assumida aqui como a área científica do grau mais elevado por eles concluído.

3.6.4. Publicações e área científica do grau

Becher & Trowler (2001) salientam a importância da área científica na construção de um *ethos* académico. De facto, a área disciplinar parece exercer uma forte influência na definição normativa e identitária dos académicos e, paralelamente, na emergência das ‘tribos e territórios’ académicos. Assim sendo, procurou-se perceber a relação entre a produção científica e a área científica do grau mais elevado dos académicos.

A análise da **Tabela 29** permite concluir que as áreas científicas onde os académicos mencionaram maior número de publicações são as das Ciências Sociais, Comércio e Direito 18,375 e das Ciências, Matemática e Informática 17,501, seguidas, porém, de perto, pela área da Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção 13,372.

Tal não significa, porém, que estas áreas correspondam às de maior produção científica em termos nacionais. Mais uma vez importa realçar que a análise recai sobre a escolha realizada pelos académicos relativamente às cinco publicações que consideraram mais relevantes mencionar. Não decorre, por isso, da análise dos currículos individuais e da produção científica.

Tabela 29 – Total de publicações por área científica da qualificação

Área científica	Publicações	
	N	%
1 - Programas Gerais	52	0.07
2 - Educação	3506	4.48
3 - Artes e Humanidades	10579	13.52
4 - Ciências Sociais, Comércio e Direito	18375	23.48
5 - Ciências, Matemática e Informática	17501	22.37
6 - Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	13372	17.09
7 - Agricultura	2063	2.64
8 - Saúde e Proteção Social	10022	12.81
9 - Serviços	2599	3.32
10 - Desconhecido/Não especificado	180	0.23
Total	78249	100.01

Tendo em atenção o tipo de publicações por área científica (**Tabela 30**) é possível concluir que, com a exceção da Educação e das Artes e Humanidades, os artigos internacionais constituem o tipo de publicação mais frequentemente citado em todas as áreas científicas. Porém, este tipo de publicação é mais frequentemente citado nas áreas das Ciências, Matemática e Informática (67,6%) e, por oposição, menos referido nas Ciências Sociais, Comércio e Direito (24,5%). A expressividade assumida por este tipo de publicações revela que a sociedade/economia do conhecimento e, por exten-

são, as instituições, parecem valorizar mais este meio de divulgação do conhecimento científico. Na área da Educação, são os artigos nacionais que assumem maior relevância (21,6%), enquanto, no caso das Artes e Humanidades este lugar é ocupado pelos livros nacionais (17,9%). A especificidade do objeto de estudo destas áreas poderá explicar a maior prevalência das publicações nacionais.

Tabela 30 – Tipo de publicações por área científica da qualificação

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Livros nacionais	N 17	478	1891	2937	474	535	60	349	195	21
	% 32,7	13,6	17,9	16	2,7	4	2,9	3,5	7,5	11,7
Livros internacionais	N 1	64	273	329	164	165	20	72	24	6
	% 1,9	1,8	2,6	1,8	0,9	1,2	1	0,7	0,9	3,3
Capítulos nacionais	N 2	177	532	791	252	191	32	263	67	4
	% 3,8	5	5	4,3	1,4	1,4	1,6	2,6	2,6	2,2
Capítulos internacionais	N 1	89	349	506	428	337	38	263	30	6
	% 1,9	2,5	3,3	2,8	2,4	2,5	1,8	2,6	1,2	3,3
Artigos nacionais	N 5	758	1298	3412	689	735	182	1759	383	15
	% 9,6	21,6	12,3	18,6	3,9	5,5	8,8	17,6	14,7	8,3
Artigos internacionais	N 2	494	980	4496	11832	6230	1216	4641	938	50
	% 3,8	14,1	9,3	24,5	67,6	46,6	58,9	46,3	36,1	27,8
Artigos atas nacionais	N 11	433	706	1390	686	898	149	960	265	17
	% 21,2	12,4	6,7	7,6	3,9	6,7	7,2	9,6	10,2	9,4
Artigos atas internacionais	N 2	318	868	1947	2049	2927	209	916	441	31
	% 3,8	9,1	8,2	10,6	11,7	21,9	10,1	9,1	17	17,2
Atividade artística	N 1	118	2451	256	22	119	6	21	6	12
	% 1,9	3,4	23,2	1,4	0,1	0,9	0,3	0,2	0,2	6,7
Teses/dissertações	N 4	245	379	1010	309	395	61	302	100	3
	% 7,7	7	3,6	5,5	1,8	3	3,0	3,0	3,8	1,7
Outros	N 6	332	852	1301	596	840	90	476	150	15
	% 11,5	9,5	8,1	7,1	3,4	6,3	4,4	4,7	5,8	8,3
Total	N 52	3506	10579	18375	17501	13372	2063	10022	2599	180
	% 100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Legenda: **1** - Programas Gerais | **2** - Educação | **3** - Artes e Humanidades | **4** - Ciências Sociais, Comércio e Direito | **5** - Ciências, Matemática e Informática | **6** - Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção | **7** - Agricultura | **8** - Saúde e Proteção Social | **9** - Serviços | **10** - Desconhecido/Não especificado

3.6.5. Publicações e posição na carreira

A categoria profissional constitui outra das variáveis pertinentes para a caracterização da produção científica dos académicos portugueses. A análise centrada nas universidades (públicas e privadas) (**Tabela 31**) revela que, em quase todas as categorias profissionais, o tipo de publicação mais referido é constituído pelos artigos internacionais. Na carreira formal, observa-se, ainda, a tendência para um aumento das referências a este tipo de publicação, à medida que os académicos se aproximam do topo da carreira. Os Professores Associados (57,4%) são, no entanto, os que mais mencionam artigos internacionais, embora numa percentagem ligeiramente superior em relação aos Professores Catedráticos (54,1%). Estas diferenças são observáveis, igualmente, na carreira paralela.

No que respeita ao segundo tipo de publicação mais citado, enquanto os Professores Auxiliares e os Assistentes privilegiam os artigos em atas internacionais (11,3% e 15,1%, respetivamente), os Professores Catedráticos e Associados tendem a mencionar os livros nacionais (16,3% e 11,3%, respetivamente). Ao contrário das restantes categorias, os Assistentes Estagiários tendem a enfatizar, em primeiro lugar, os artigos nacionais (19,1%) e, em segundo, a produção de atividade artística (15,1%). A produção de carácter nacional é a segunda mais referida pelos académicos na carreira paralela. Os artigos nacionais são, sobretudo, mencionados pelos Assistentes, Professores Auxiliares e Associados convidados (16,8%, 13,8% e 12,4%, respetivamente), enquanto os livros nacionais são referidos pelos Professores Catedráticos convidados (22,3%).

Estes resultados parecem confirmar a hipótese levantada anteriormente de que a progressão na carreira universitária, por via, nomeadamente, da obtenção do grau de doutoramento, permite uma maior ‘maturidade’ em termos de investigação e produção científica internacionais.

Replicando a análise anterior, agora para o caso dos politécnicos (públicos e privados) (**Tabela 32**), constata-se as tendências antes verificadas, para a valorização primordial da publicação de artigos internacionais e para um maior peso destes à medida que se progride nos patamares da carreira formal. A exceção a este cenário é constituída pelos Assistentes do 1º e 2º triénios: entre os primeiros, cita-se mais a produção de atividade artística (21,7%); entre os segundos, os artigos em atas internacionais (22,7%).

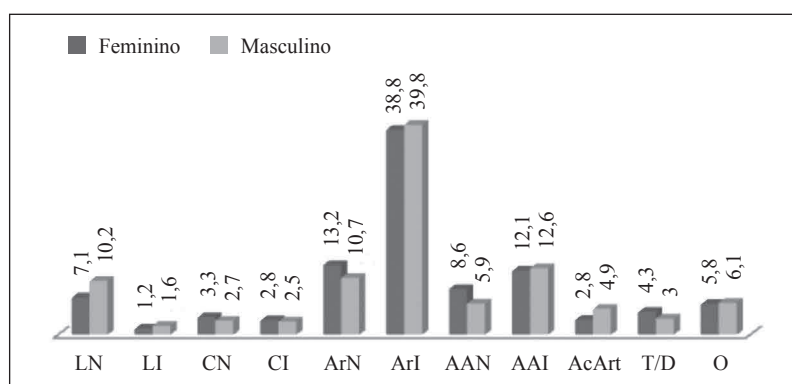
A propensão para a divulgação internacional do conhecimento é, também, visível ao nível da carreira paralela. Os académicos na categoria de Equivalente a Professor Coordenador e a Professor Adjunto referem, em primeiro lugar, os artigos internacionais (22,6% e 24,7%, respetivamente), enquanto os académicos na categoria de Equivalente a Assistente mencionam os artigos em atas internacionais (20,6%).

Estes resultados parecem mostrar que o padrão da produção científica no subsistema politécnico segue, de perto, o padrão do subsistema universitário. Provavelmente, os fenómenos de *academic drift*, do lado dos politécnicos, e do *professional drift*, do lado das universidades, têm aproximado estes padrões.

3.6.6. Publicações e género

A análise da produção científica por sexo (**Gráfico 11**) revela que os homens mencionam mais publicações que as mulheres (58% vs. 42%). De facto, os homens apresentam mais referências em praticamente todos os tipos de publicação, com especial destaque para os livros nacionais (10,2% vs. 7,1%) e a produção de atividade artística (4,9% vs. 2,8%). Todavia, as mulheres tendem a mencionar, mais do que os homens, publicações em artigos nacionais (13,2% vs. 10,7%), em atas nacionais (8,6% vs. 5,9%) e, menos expressivamente, de teses/dissertações (4,3% vs. 3%).

Gráfico 11 – Publicações por género



Legenda: LN–livrosnacionais; LI–livrosinternacionais; CN–capítulosnacionais; CI–capítulos internacionais; ArN–artigo nacional; ArI–artigo internacional; AAN –artigo em atas nacionais; AAI–artigoematasinternacionais; AcArt–atividadeartística; T/D–teses/dissertações; O–outros.

Várias explicações podem ser avançadas para as diferenças, embora ligeiras, encontradas entre a produção científica de homens e mulheres. Tal como referem alguns autores, as mulheres parecem ter mais dificuldades de concretização de produção científica e, logo, de publicações, dado que tendem a estar mais envolvidas no ensino e no apoio aos estudantes (Carvalho & Santiago, 2008). Por outro lado, como o demonstram alguns estudos realizados noutros contextos internacionais, as mulheres têm um menor acesso a apoios das IES para desenvolver investigação, já que têm menos acesso a recursos financeiros (Lafferty & Fleming, 2000) e humanos (a assistentes de investigação) (Toren, 1993), bem como a redes internacionais e a investigação colaborativa (Corley, 2005; Corley & Gaughan, 2005). Se, por um lado, as diferenças de acesso a recursos de investigação poderão relacionar-se com o facto de os homens surgirem, mais frequentemente, ligados à coordenação de unidades e/ou grupos de investigação; por outro, a maior dificuldade de integração em redes de investigação poderá estar ligada a uma menor participação das mulheres em projetos de investigação, tal como sublinhado, anteriormente (ver **Tabela 23**). Convém, no entanto, não esquecer, tal como mencionado antes, que as mulheres estão, sobretudo, concentradas em IES

onde a investigação parece ter menos relevância, em conformidade com a sua missão. De facto, as académicas encontram-se principalmente vinculadas aos politécnicos e às universidades privadas, instituições onde a investigação tem sido menos relevante.

Assim, estes dados, apesar de pertinentes, estão longe de permitir confirmar a hipótese de que as mulheres na academia portuguesa têm uma produtividade científica menor que a dos homens. Por forma a obter conclusões mais consistentes em relação a este assunto seria pertinente desenvolver estudos com um carácter diferenciado, recorrendo, por exemplo, à análise das bases de dados das revistas indexadas, ou mesmo a uma abordagem de cariz mais qualitativo.

Finalmente, tendo por base a ideia, subjacente na literatura (Cruz-Castro & Sanz-Menéndez, 2010; Pelz & Andrews, 1966; Padilla, 2008; Enders, 2006) de que existe uma relação entre o *inbreeding* e a produção científica dos académicos, procura-se, de seguida, desenvolver a análise nesta perspetiva.

3.6.7. Publicações e *inbreeding*

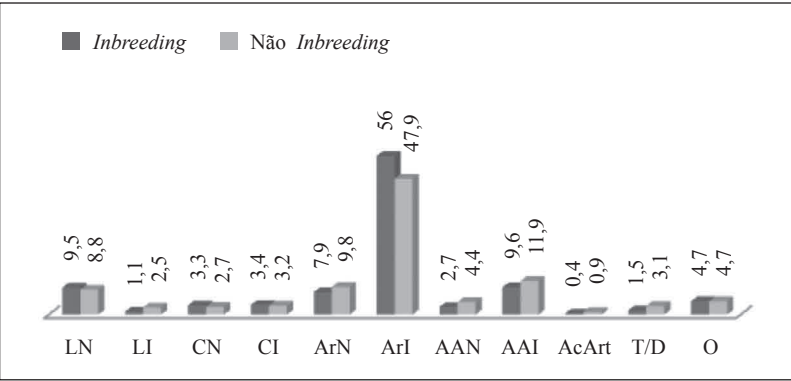
A análise da relação entre a produção científica e o *inbreeding* sustenta-se no conceito que fundamentou a discussão anterior, definido pela coincidência entre a instituição onde os académicos obtiveram o seu doutoramento e aquela onde desempenham a sua atividade profissional.

Com base na análise das referências aos tipos de publicação é possível confirmar a ideia dominante na literatura (Cruz-Castro & Sanz-Menéndez, 2010; Pelz & Andrews, 1966; Padilla, 2008; Enders, 2006), de que os académicos em situação de *inbreeding* tendem a ter uma menor produção científica. De facto, os académicos nessa situação referem 44,6% do total das publicações identificadas. Não obstante, existem diferenças em relação ao tipo de publicação em causa (**Gráfico 12**).

Existe uma proporção superior de referências nos académicos em situação de *inbreeding* para o caso das publicações em livros nacionais (9,5% vs. 8,8%) e, sobretudo, para o dos artigos internacionais (56% vs. 47,9%). Tal diferencial também se verifica nos capítulos nacionais mas com menor expressividade (3,3% vs. 2,7%). Nos capítulos internacionais e em outro tipo de publicações, a proporção de referências é praticamente paritária entre os dois grupos de académicos.

Estes dados parecem indiciar que os académicos em situação de *inbreeding*, embora detenham, em termos globais, menor produção científica, concentram mais os seus esforços de publicação no contexto internacional. Tal poderá, eventualmente, traduzir uma maior necessidade de afirmação exterior da sua competência científica, induzida pelo facto de terem desenvolvido um percurso académico numa única IES. Por outro lado, poderá, também, significar um melhor enquadramento científico na IES, no seguimento do desenvolvimento dos seus trabalhos científicos na fase de doutoramento.

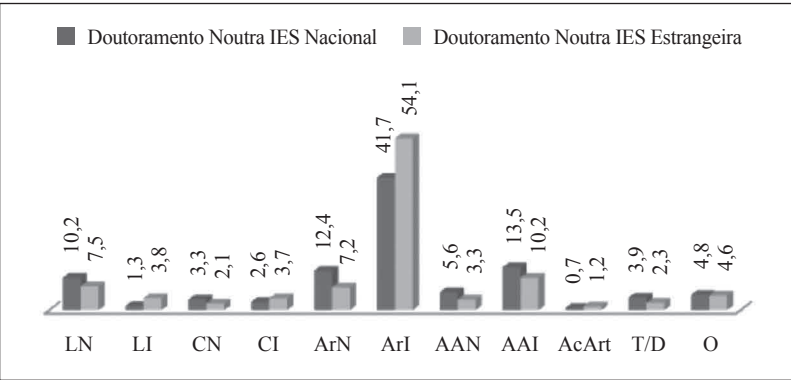
Gráfico 12 – Tipo de publicação por situação de *inbreeding* e não *inbreeding* dos académicos



Legenda: LN – livros nacionais; LI – livros internacionais; CN – capítulos nacionais; CI – capítulos internacionais; ArN – artigo nacional; ArI- artigo internacional; AAN - artigo em atas nacionais; AAI – artigo em atas internacionais; AcArt – atividade artística; T/D – teses/dissertações; O – outros.

Estas hipóteses explicativas tornam pertinente a análise das diferenças entre os diferentes tipos de publicação dos académicos que não estão em situação de *inbreeding*, isto é, que concluíram os seus doutoramentos noutra IES, nacional ou estrangeira, distinta daquela a que estão vinculados (**Gráfico 13**).

Gráfico 13 – Tipo de publicação dos académicos em situação de não *inbreeding* por nacionalidade da IES conferente do doutoramento



Legenda: LN – livros nacionais; LI – livros internacionais; CN – capítulos nacionais; CI – capítulos internacionais; ArN – artigo nacional; ArI- artigo internacional; AAN - artigo em atas nacionais; AAI – artigo em atas internacionais; AcArt – atividade artística; T/D – teses/dissertações; O – outros.

É possível concluir que, em geral, os académicos que obtiveram o seu doutoramento noutra IES estrangeira demonstram uma maior propensão para a internacionalização das suas publicações. Tal é visível pelo facto de deterem mais publicações do que os académicos que concluíram o doutoramento numa IES nacional, quer em livros (3,8% vs. 1,3%) e capítulos internacionais (3,7% vs. 2,6%), quer em artigos internacionais (54,1% vs. 41,7%). Neste contexto, é possível afirmar que a obtenção do doutoramento numa IES estrangeira poderá facilitar a integração em redes internacionais o que, por sua vez, poderá explicar uma maior preponderância das publicações internacionais. Não obstante, como se constatou no caso dos académicos que não estão em situação de *inbreeding*, um doutoramento numa IES estrangeira não é determinante na internacionalização da produção científica dos académicos.

O anterior conjunto de resultados relativos à produção científica de académicos que se encontram, ou não, em situação de *inbreeding*, deve ser lido com algum cuidado. Por um lado, as diferenças constatadas não são muito substanciais; por outro lado, como se tem vindo a afirmar, as respostas dos académicos registadas nas fichas individuais, relativamente às publicações, resultam, em larga medida, da interpretação que é feita das expectativas da A3ES neste campo. Contudo, a inclusão deste tópico de análise neste estudo tem o mérito de, a partir das tendências detetadas, abrir pistas para futuros trabalhos no campo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho orientou-se pelo objetivo geral de proceder a uma caracterização dos académicos portugueses. Apesar da existência de alguns estudos sobre a profissão académica em Portugal (Cardoso et al., 2011; Carvalho, 2012; Carvalho & Machado, 2011; Carvalho & Santiago, 2008; Carvalho & Santiago, 2010; Carvalho & Sousa, 2012; Carvalho et al., 2014; Horta et al., 2010), estes centram-se, essencialmente, no setor público, sendo manifesta a ausência de uma abordagem mais integradora da realidade. Ao incorporar o subsistema privado, este trabalho constitui-se como uma primeira tentativa de caracterizar o grupo profissional dos académicos no seu todo. Por outro lado, a análise da distribuição dos académicos por setor (público/privado) e subsistema (universitário/politécnico) de ensino superior; sexo; qualificações; situação na carreira, incluindo, o recrutamento e seleção; tipo de experiências académicas; e produção científica, permite obter uma imagem mais completa deste mesmo grupo profissional.

Existem, na totalidade das IES portuguesas, 34,986 académicos. Estes são, na sua maioria, homens e encontram-se, sobretudo, no setor público e, em especial, no subsistema universitário. Observam-se diferenças pertinentes entre sexos, com as mulheres a concentrarem-se mais nos politécnicos e nas áreas da Educação e na Saúde e Proteção Social e os homens mais nas universidades e na área da Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção. Simultaneamente, apesar da proporção de homens e mulheres ser bastante semelhante nos patamares iniciais da carreira, esta relação altera-se à medida que se sobe na pirâmide desta carreira, com os homens a estarem sobrerrepresentados no topo. Na mesma lógica, também, os homens que mencionam, com mais frequência, o exercício de cargos de gestão de topo e de gestão intermédia e os que mais participam em, ou coordenam, projetos de investigação, sendo, ainda, os que mais publicações referem. Estes dados configuram a existência de fenómenos de segregação horizontal e vertical na academia portuguesa.

A maioria dos académicos não possui doutoramento e os que detêm este grau, estão, sobretudo, concentrados nas universidades públicas. O mestrado é o grau mais frequente entre os académicos do subsistema politécnico. No entanto, de um modo geral, os académicos detêm as qualificações adequadas à posição que ocupam na carreira.

A qualificação dos académicos tende a ser, maioritariamente, nas áreas das Ciências Sociais, Comércio e Direito; Saúde e Proteção Social; Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção; e Ciências, Matemática e Informática.

Nas IES públicas (universidades e politécnicos), os académicos tendem a concentrar-se, sobretudo, naquelas que são as novas categorias de entrada na carreira – Professor Auxiliar e Professor Adjunto – enquanto nas instituições privadas, tendem a ocupar as posições que os anteriores estatutos da carreira definiam como iniciais – Assistente e Assistente de 1º e 2º triénios. Os politécnicos e, em especial, os politécnicos públicos, recorrem, mais frequentemente do que as universidades, à carreira paralela (posições de professor equivalente). Esta ‘carreira’ comporta a existência de situa-

ções de maior insegurança e precariedade, já que a grande maioria dos académicos de carreira se encontra no regime de tempo integral com exclusividade, enquanto os convidados e equivalentes se concentram, maioritariamente, em regime de *part-time*. O recurso ao trabalho em *part-time* não assume grande relevância nas universidades públicas, ao contrário do que acontece nas privadas.

A análise dos mecanismos de recrutamento e, em especial, a possibilidade das instituições recrutarem, para o seu quadro de pessoal, os seus graduados – *inbreeding* – revela uma fraca expressividade deste fenómeno no ensino superior português. De facto, no nosso país, a maioria dos académicos desenvolve as suas funções profissionais numa IES diferente daquela onde concluiu a sua formação.

Não obstante, verifica-se que a presença do *inbreeding* é mais expressiva no ensino superior universitário público e nos académicos com o grau de doutoramento. Em praticamente todas as áreas de qualificação existem valores elevados de *inbreeding* entre os doutorados e em todas as categorias da carreira formal. Torna-se necessário mencionar, ainda, que, em termos gerais, os académicos em situação de *inbreeding* tendem a ter uma menor produção científica, embora concentrem os seus esforços de publicação num contexto internacional (artigos e livros internacionais).

A participação em projetos de investigação é o tipo de experiência mais comum entre os académicos portugueses, com exceção dos que se encontram ligados a politécnicos privados. Já no que diz respeito à divulgação do conhecimento produzido, os artigos em revistas internacionais parecem ser os mais citados pelos académicos, embora com uma maior expressão entre os doutorados e, neste caso, os que se encontram vinculados às universidades públicas.

À laia de síntese, esta súmula conclusiva, traçando uma imagem geral dos académicos portugueses, é aquela que a análise dos dados extraídos das fichas individuais, permitiu revelar. Porém, um maior aprofundamento do conhecimento deste grupo profissional, teria de mobilizar outras abordagens, sustentadas em variáveis omissas nas fichas da A3ES. Por exemplo, seria pertinente ter acesso à data de nascimento dos académicos, no sentido de identificar eventuais diferenças geracionais. Por outro lado, haveria a necessidade de realizar outros estudos, mais extensivos, de âmbito quantitativo, bem como em profundidade, de natureza mais qualitativa. A articulação dos resultados obtidos com estes dois tipos de metodologia permitiria empreender esforços de conceptualização e de teorização, importantes para a compreensão do sistema e das instituições de ensino superior portuguesas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ackers, L. (2005). *Gender, mobility and progression in science career: MOBISC summary report*. UK: Centre for the Study of Law in Policy in Europe.
- Ackers, L. (2004). *Managing Work and Family Life in Peripatetic Careers: The Experiences of Mobile Women Scientists in the European Union*. Report nº 1. Leeds: Centre for the Study of Law and Policy in Europe Research.
- Amaral, A. & Teixeira, P., (2000). The rise and fall of the private setor in Portuguese higher education, *Higher Education Policy*, 13(3), 245-266.
- Amaral, A., Correia, F., Magalhães, M., Rosa, MJ, Santiago, R. & Teixeira, P. (2002). *O ensino Superior pela Mão da Economia*. Coimbra: FUP.
- Bagilhole, B. (2000). Too little too late? An assessment of national initiatives for women academics in the British university system, *Higher Education in Europe*, 23(2), 139-145.
- Becher, T. & Trowler, P. (2001). *Academic tribes and territories: Intellectual enquiry and the culture of disciplines*. Buckingham: Society for Research into Higher Education & Open University Press.
- Cabral-Cardoso, C. (2004). Women in management in Portugal, In M.J. Davidson & R.J. Burke (Eds.), *Women in management worldwide: Facts, figures and analysis* (pp. 83-98). Oxford: Ashgate Publishing.
- Cardoso, S., Tavares, O., Carvalho, T., Sousa, S., & Santiago, R., (2011). *Academic inbreeding: contributing to enlighten the phenomenon in the Portuguese academia*, 10th Conference of the European Sociological Association (CESA) – Social Relations in Turbulent Times, Geneva, 7-9 setembro.
- Carvalho, T. & Machado-Taylor, M (2010). Gender and shifts in higher education managerial regimes, *Australian Universities Review*, 52(2): 33-42.
- Carvalho, T. & Machado, ML. (2011). Senior management in higher education, in K. White & B. Bagilhole (Eds.), *Gender, Power and Management. A Cross Cultural Analysis of Higher Education* (pp. 90-109). London: Palgrave Publishers.
- Carvalho, T. & Santiago, R. (2008). Gender differences on research: Perceptions and use of academic time, *Tertiary Education and Management*, 14(4): 317-330.
- Carvalho, T. & Santiago, R. (2010). Still academics after all, *Higher Education Policy*, 23, pp. 397-411.
- Carvalho, T. (2012). Shaping the ‘new’ academic profession. Tensions and contradictions in the professionalisation of academics, in G. Neave & A. Amaral (Eds.), *Higher Education in Portugal 1974-2009. A Nation, A Generation* (pp.329-352). Dordrecht: Springer.

- Carvalho, T. & Sousa, S. (2012). *Entre a profissão e a comunidade académica: Contributos para uma caracterização sócio organizacional*, VII Congresso Português de Sociologia, Porto, 20 a 23 junho de 2012.
- Carvalho, T., Cardoso, S. & Sousa, S. (2014). Changes in the institutional context and academic profession – a case from Portugal, in I. Weijden, K. Prpic & N. Asheulova (Eds.), *Career development in academia*. S. Petersburg.
- Corley, E. (2005). How do career strategies, gender and work environment affect faculty productivity levels in university-based science centres? *Review of Policy Research*, 22(5), 637–655.
- Corley, E., & Gaughan, M. (2005). Scientists' participation in university research centres: What are the gender differences? *Journal of Technology Transfer*, 30(4), 371–381.
- Cruz-Castro, L. & Sanz-Menéndez, L. (2010). Mobility versus job stability: Assessing tenure and productivity outcomes, *Research Policy*, 39(2010), 27-38.
- DGAEP (2013). Síntese estatística do emprego público. 4.º trimestre 2012. Direção-Geral da Administração e do Emprego Público
- Enders, J. (2006). The academic profession, in J.J.F Forest & Ph. Altbach (Eds.), *International handbook of higher education* (pp. 5-22). Dordrecht: Springer.
- EU – European Commission (2009). *She figures. Statistics and indicators on gender equality in science*. Brussels: European Commission.
- EU – European Commission (2006). *She figures 2006. Women and science: Statistics and indicators*. Brussels: European Commission.
- Fonseca, M. (2012). The student estate, in G. Neave & A. Amaral (Eds.), *Higher Education in Portugal 1974-2009 – A nation, a generation* (p. 383-415). Dordrecht: Springer.
- Fonseca, M. & Encarnação, S. (2012). *O sistema de ensino superior perfis institucionais: As universidades públicas*. A3ES readings, nº 5, Lisboa: A3ES.
- GPEARI/MCTES (2009). *Inquérito ao registo de alunos inscritos e diplomados do ensino superior*. Lisboa: GPEARI/MCTES.
- GPEARI/MCTES (2011). *Doutoramentos realizados ou reconhecidos por universidades Portuguesas de 1970 a 2010*. Acedido em http://www.dgeec.mec.pt/np4/91/_
- Hearn, J. (2011). Neglected intersectionalities in studying men: Age/ing, virtuality, transnationality, in *Framing Intersectionality: Debates on a Multifaceted Concept in Gender Studies. The Feminist Imagination – Europe and Beyond* (pp. 89-104). Ashgate, Farnham, UK.

- Heitor, M. V., H. e Horta. (2004). Engenharia e desenvolvimento científico: O atraso estrutural português explicado no contexto histórico, in M. Heitor, J. M. B. Brito & M. F. Rollo, (Eds.), *Momentos de inovação e engenharia em Portugal no século XX*. Alfragide: D. Quixote.
- Horta, H., Veloso, F. M., & Grediaga, R. (2010). Navel Gazing: Academic inbreeding and scientific productivity, *Management Science*, 56(3), 414–429.
- Husu, L. (2011). On metaphors on the position of women in academia and science, *NORA-Nordic Journal of Feminist and Gender Research*, 9(3), 172-181.
- Lafferty & Fleming, (2000). The restructuring of academic work in Australia: Power, management and gender, *British Journal of Sociology of Education*, 21,(2), 257-267.
- Leathwood, C. and Read, B. (2009). *Gender and the changing face of higher education. A feminized future?* London. The Society for Research into Higher Education.
- LeFeuvre, N. (2009). Exploring women's academic careers in cross-national perspective. Lessons for equal opportunity policies, *Equal Opportunities International*, 28,(1), 9-23.
- Lima, L. (2012). Patterns of institutional management: democratization, autonomy and management canon, in G. Neave & A. Amaral (Eds.), *Higher Education in Portugal 1974-2009. A Nation, A Generation* (pp.287-306). Dordrecht: Springer.
- Magalhães, A. & Santiago, R. (2012). Governance, management and administration of higher education in Portugal, in G. Neave & A. Amaral (Eds.), *Higher Education in Portugal 1974-2009. A Nation, A Generation* (pp.227-248). Dordrecht: Springer.
- Musselin, C. (2004). Towards a European labour market? Some lessons drawn from empirical studies on academic mobility, *Higher Education*, 48(1), 55-78.
- Musselin, C. (2013). Redefinition of the relationship between academics and their university, *Higher Education*, 65,(1), 25-37.
- Nogueira, C., Constança, P. & Amâncio, L. (1995). Women in management in Portugal. A demographic overview, in L. Amâncio & C. Nogueira (Eds.), *Gender, Management and Science* (pp. 207-218). Braga: Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.
- O'Connor, P. (2011). Where do women fit in senior management? An analytical typology of cross-national organizational cultures, in K. White & B. Bagilhole (Eds.), *Gender, power and management. A cross cultural analysis of higher education* (pp. 168-191). London: Palgrave Publishers.
- OECD (2006). *Women in scientific careers: Understanding the potential*. Paris: OECD.
- Padilla, L. E. (2008). How has Mexican faculty been trained? A national perspective and a case study, *Higher Education*, 56(2), 167-183.

- Pelz, D. & Andrews, F. (1966). *Scientists in organizations*. New York: Wiley.
- Perkins, H. (1969). Key professions. *The history of the association of university teachers*. New York: A.M. Kelley Publishers.
- Santiago, R. & Carvalho, T. (2008). Academics in a new work environment: The impact of New Public Management on work conditions, *Higher Education Quarterly*, 62(3): 204-223.
- Teixeira, P. (2012). The changing public-private mix in higher education: analyzing the Portugal's apparent exceptionalism, in G. Neave & A. Amaral (Eds.), *Higher Education in Portugal 1974-2009. A Nation, A Generation* (pp.307-328). Dordrecht: Springer.
- Toren, N. (1993). The temporal dimension of gender inequality in academia, *Higher Education*, 25(4), 439-455.
- van den Brink, M., Benschop, Y. & Jansen, W. (2007). Transparency in academic recruitment: A problematic tool for gender equality? *Organization Studies*, 31(12), 1-25.
- WEF – World Economic Forum (2012). *The global gender gap report*. World Economic Forum, 2012.
- White, K., Carvalho, T. & Riordan, S. (2011). Gender, power and managerialism in universities, *Journal of Higher Education Policy and Management*, 33(2), 179-188.

Legislação

- Decreto-Lei 448/1979: Estatuto da profissão académica nas universidades
- Decreto-Lei 185/1981: Estatuto da profissão académica nos institutos politécnicos.
- Decreto-Lei 205/2009: Estatuto da profissão académica nas universidades.
- Decreto-Lei 207/2009: Estatuto da profissão académica nos institutos politécnicos.
- Decreto-Lei 115/2013: revisão do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 107/2008, de 25 de junho, e 230/2009, de 14 de setembro, que aprova o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior.
- Lei 62/2007: RJIES - Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior.
- Portaria 256/2005: CNAEF – Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação.

ANEXOS

Anexo 1 – Exemplo de ficha individual

FICHA CURRICULAR DE DOCENTE

Dados Pessoais

Nome
Unidade Orgânica
Categoria
Regime de tempo

Formação Académica

Ano	Grau	Área/	Instituição	Classificação

Investigação e/ou actividades de desenvolvimento profissional de alto nível relevantes (5 referências)

Experiência profissional relevante (5 referências)

Distribuição de serviço anual

Unidade curricular	Tipo	Horas por semana

Anexo 2 - Grelha de variáveis e categorias

Variáveis	Categorias
ID	Identificação do docente, traduzida no seu nome tal como este consta da ficha curricular
Sexo	Sexo do docente, identificado a partir do seu nome: 1 - Masculino 2 - Feminino
IES	Identificação da instituição de ensino superior (IES) de afiliação do docente, de acordo com a classificação da DGES
1.	Academia da Força Aérea (Univ. Pública)
2.	Academia Militar (Univ. Pública)
3.	Escola Naval (Univ. Pública)
4.	Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (Univ. Pública)
5.	ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) (Univ. Pública)
6.	Universidade Aberta (Univ. Pública)
7.	Universidade dos Açores (Univ. Pública)
8.	Universidade do Algarve (Univ. Pública)
9.	Universidade de Aveiro (Univ. Pública)
10.	Universidade da Beira Interior (Univ. Pública)
11.	Universidade de Coimbra (Univ. Pública)
12.	Universidade de Évora (Univ. Pública)
13.	Universidade de Lisboa (Univ. Pública)
14.	Universidade Nova de Lisboa (Univ. Pública)
15.	Universidade Técnica de Lisboa (Univ. Pública)
16.	Universidade da Madeira (Univ. Pública)
17.	Universidade do Minho (Univ. Pública)
18.	Universidade do Porto (Univ. Pública)
19.	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro(Univ. Pública)
20.	AFIET - Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho (Univ. Privada)
21.	ARCA - Associação Recreativa de Coimbra Artística (Univ. Privada)
22.	Associação Cognitória S. Jorge de Milréu (Univ. Privada)
23.	CESPU - Cooperativa de Ensino Superior Politécnico e Universitário, C.R.L. (Univ. Privada)
24.	CEUPA - Cooperativa de Desenvolvimento Universitário e Politécnico do Algarve, C.R.L. (Univ. Privada)
25.	COFAC - Cooperativa de Formação e Animação Cultural, C.R.L.(Univ. Privada)

26. CESAP - Cooperativa de Ensino Superior Artístico do Porto (Univ. Privada)
27. CEU - Cooperativa de Ensino Universitário (Univ. Privada)
28. E.I.A. - Ensino, Investigação e Administração, S.A. (Univ. Privada)
29. Egas Moniz - Cooperativa de Ensino Superior, C.R.L. (Univ. Privada)
30. Ensilis - Educação e Formação, S.A. (Univ. Privada)
31. Ensinus - Estudos Superiores, S. A. (Univ. Privada)
32. Fundação Bissaya Barreto (Univ. Privada)
33. Fundação Convento da Orada – Monsaraz (Univ. Privada)
34. Fundação Ensino e Cultura "Fernando Pessoa" (Univ. Privada)
35. Fundação Minerva - Cultura, Ensino e Investigação Científica (Univ. Privada)
36. IADE - Instituto de Artes Visuais, Design e Marketing (Univ. Privada)
37. Instituto Piaget - Cooperativa para o Desenvolvimento Humano, Integral e Ecológico, C.R.L. (Univ. Privada)
38. Instituto Superior Miguel Torga (Univ. Privada)
39. ISPA - Instituto Superior de Psicologia Aplicada, C.R.L. (Univ. Privada)
40. Maiêutica – Cooperativa de Ensino Superior, C.R.L. (Univ. Privada)
41. Universidade Católica Portuguesa (Univ. Privada)
42. Universidade Portucalense Infante D. Henrique (Univ. Privada)
43. Academia da Força Aérea (Politécnico Público)
44. Escola Naval (Politécnico Público)
45. Escola Superior de Enfermagem de Coimbra (Politécnico Público)
46. Escola Superior de Enfermagem de Lisboa (Politécnico Público)
47. Escola Superior de Enfermagem do Porto (Politécnico Público)
48. Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (Politécnico Público)
49. Escola Superior Náutica Infante D. Henrique (Politécnico Público)
50. Instituto Politécnico de Beja (Politécnico Público)
51. Instituto Politécnico de Bragança (Politécnico Público)
52. Instituto Politécnico de Castelo Branco (Politécnico Público)
53. Instituto Politécnico do Cávado e Ave (Politécnico Público)
54. Instituto Politécnico de Coimbra (Politécnico Público)
55. Instituto Politécnico da Guarda (Politécnico Público)
56. Instituto Politécnico de Leiria (Politécnico Público)
57. Instituto Politécnico de Lisboa (Politécnico Público)
58. Instituto Politécnico de Portalegre (Politécnico Público)
59. Instituto Politécnico do Porto (Politécnico Público)
60. Instituto Politécnico de Santarém (Politécnico Público)
61. Instituto Politécnico de Setúbal (Politécnico Público)
62. Instituto Politécnico de Tomar (Politécnico Público)
63. Instituto Politécnico de Viana do Castelo (Politécnico Público)
64. Instituto Politécnico de Viseu (Politécnico Público)
65. Universidade do Algarve (Politécnico Público)

66. Universidade de Aveiro (Politécnico Público)
67. Universidade de Évora (Politécnico Público)
68. Universidade da Madeira (Politécnico Público)
69. Universidade do Minho (Politécnico Público)
70. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Politécnico Público)
71. Associação de Jardins-Escolas João de Deus (Politécnico Privado)
72. API - Associação de Pedagogia Infantil (Politécnico Privado)
73. Associação Música - Educação e Cultura (Politécnico Privado)
74. Associação Portuguesa de Bancos (Politécnico Privado)
75. Associação Santa Maria - Investigação e Desenvolvimento em Educação (Politécnico Privado)
76. CEP - Cooperativa de Ensino Politécnico, C.R.L. (Politécnico Privado)
77. CESPU - Cooperativa de Ensino Superior Politécnico e Universitário, C.R.L. (Politécnico Privado)
78. CIFAD - Centro de Investigação e Formação em Artes e Design (Politécnico Privado)
79. CITE - Cooperativa Universitária de Ensino Científico e Técnico, C.R.L. (Politécnico Privado)
80. CODEPA – Centro de Orientação e Documentação de Ensino Particular, S.A. (Politécnico Privado)
81. COFAC - Cooperativa de Formação e Animação Cultural, C.R.L. (Politécnico Privado)
82. CESAP - Cooperativa de Ensino Superior Artístico do Porto (Politécnico Privado)
83. Cruz Vermelha Portuguesa (Politécnico Privado)
84. Diocese de Santarém (Politécnico Privado)
85. E.I.A. - Ensino, Investigação e Administração, S.A. (Politécnico Privado)
86. Egas Moniz - Cooperativa de Ensino Superior, C.R.L. (Politécnico Privado)
87. Ensigest - Gestão de Estabelecimentos de Ensino, S.A. (Politécnico Privado)
88. Escola Superior Ribeiro Sanches (Politécnico Privado)
89. Espaço Atlântico – Formação Financeira, S.A. (Politécnico Privado)
90. Facultas - Gestão de Estabelecimentos de Ensino Superior, S. A. (Politécnico Privado)
91. FEDESBAP - Fundação de Ensino e Desenvolvimento de Paços de Brandão (Politécnico Privado)
92. FEDRAVE - Fundação para o Estudo e Desenvolvimento da Região de Aveiro (Politécnico Privado)
93. Fundação Conservatório Regional de Gaia (Politécnico Privado)
94. Fundação Ensino e Cultura "Fernando Pessoa" (Politécnico Privado)
95. Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva (Politécnico Privado)
96. Fundação Terras de Santa Maria da Feira (Politécnico Privado)
97. Instituto de Estudos Superiores de Fafe, Lda. (Politécnico Privado)

98. Instituto Leonardo da Vinci (Politécnico Privado)	
99. Instituto Piaget - Cooperativa para o Desenvolvimento Humano, Integral e Ecológico, C.R.L. (Politécnico Privado)	
100. PEDAGO - Sociedade de Empreendimentos Pedagógicos, Lda. (Politécnico Privado)	
101. Província Portuguesa do Instituto das Irmãs de Santa Doroteia (Politécnico Privado)	
102. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (Politécnico Privado)	
103. SESC - Sociedade de Estudos Superiores de Contabilidade, S.A. (Politécnico Privado)	
104. Sociedade Promotora de Estabelecimentos de Ensino, Lda. (Politécnico Privado)	
105. Universidade Católica Portuguesa (Politécnico Privado)	
106. Universitas, C.R.L. (Politécnico Privado)	
107. Universidade Moderna (Universidade Privada)	
108. I. S. S. S. P. - Cooperativa de Ensino Superior de Serviço Social, C.R.L. (Universidade Privada)	
109. Universidade Internacional (Universidade Privada)	
110. ESE - Ensino Superior Empresarial, Lda. (Politécnico Privado)	
111. Província Portuguesa da Congregação de São José de Cluny (Politécnico Privado)	
112. Universidade Livre (Universidade Privada)	
113. COCITE - Cooperativa de Técnicas Avançadas de Gestão e Informática, C.R.L. (Universidade Privada)	
114. Universidade Independente (Universidade Privada)	
115. Centro Europeu De Estudos Superiores De Comunicação Empresarial, S. A. (Politécnico Privado)	
116. Escola Superior de Atividades Imobiliárias (Universidade Privada)	
888. Outra	
999. Outra estrangeira	
Tipo de IES	Classificação da IES de pertença do docente de acordo com o setor e subsistema
	1 - UPU – Universidade Pública
	2 - UPI- Universidade Privada
	3 - PPU – Politécnico Público
	4 - PPI – Politécnico Privado
Unidade Orgânica	Identificação da unidade orgânica de pertença do docente
1. Departamento de Biologia	
2. Departamento de Ciências Tecnológicas	

3. Departamento de Ciências Agrárias
4. Departamento de Matemática
5. Departamento de Geociências
6. Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais
7. Departamento de Economia e Gestão
8. Departamento de Línguas e Literaturas Modernas
9. Departamento de Ciências da Educação
10. Escola Superior de Enfermagem
11. Departamento de Química
12. Departamento de Matemática
13. Departamento/Faculdade de Psicologia
14. "ISPA"
15. Escola de Arquitetura
16. Escola de Engenharia
17. Faculdade de Economia
18. Faculdade de Letras
19. Faculdade de Medicina
20. Instituto de Bioética
21. Academia Militar
22. Instituto de Ciências Sociais
23. Escola Nacional de Saúde Pública
24. Instituto de Letras e Ciências Humanas
25. Faculdade de Educação e Psicologia
26. Departamento de Engenharia Civil
27. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
28. Escola de Ciências
29. "ISCTE"
30. Escola de Ciências da Saúde
31. Departamento de Oceanografia e Pescas
32. Escola Superior de Saúde
33. Instituto Superior de Engenharia
34. Faculdade de Ciências e Tecnologia
35. Escola Superior de Educação e Comunicação
36. Departamento de Psicologia da Educação
37. Faculdade de Psicologia
38. Escola de Direito
39. Escola de Economia e Gestão
40. Instituto da Educação
41. Departamento de Ciências Biomédicas e Medicina
42. Faculdade de Ciências Médicas
43. Instituto de Geografia e Ordenamento do Território

44. Instituto de Higiene e Medicina Tropical
45. Escola Superior Agrária
46. Faculdade de Farmácia
47. Unidade de Arqueologia
48. Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo
49. Escola de Ciências da Vida e do Ambiente
50. Faculdade de Ciências
51. Escola Superior de Design, Gestão e Tecnologias da Produção
52. Instituto Superior de Contabilidade e Administração
53. Universidade de Aveiro
54. Escola de Artes
55. Escola de Ciências e Tecnologia
56. Escola de Ciências Sociais
57. Faculdade de Artes e Letras
58. Faculdade de Engenharia
59. Faculdade de Ciências da Saúde
60. Escola de Ciências Agrárias e Veterinárias
61. Escola de Ciências Humanas e Sociais
62. Instituto de Investigação e Formação Avançada
63. Centro de Artes e Humanidades
64. Centro de Ciências da Vida
65. Centro de Tecnologias da Saúde
66. Centro de Ciências Exatas e Engenharias
67. Departamento de Ciências Sociais e Gestão
68. Centro de Ciências Sociais
69. Departamento de Ciências e Tecnologias
70. Departamento de Educação e de Ensino à Distância
71. Departamento de Humanidades
72. Faculdade de Arquitetura
73. Faculdade de Direito
74. Faculdade de Belas Artes
75. Colégio das Artes
76. Faculdade de Desporto
77. Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física
78. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação
79. Faculdade de Medicina Dentária
80. Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação
81. Departamento de Ciências da Educação e do Património
82. Departamento de Direito
83. ICBAS
84. Departamento de Inovação, Ciência e Tecnologia

85. Departamento de Ciências Económicas e Empresariais
86. Escola Superior de Saúde Egas Moniz
87. Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz
88. Centro Regional das Beiras
89. Escola Superior de Biotecnologia
90. Instituto de Ciências da Saúde
91. Escola Superior Politécnica de Saúde
92. Instituto de Estudos Orientais
93. Instituto de Estudos Europeus
94. Instituto de Estudos Políticos
95. Faculdade de Teologia
96. Faculdade de Filosofia
97. Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão
98. Escola Superior de Tecnologias da Saúde
99. Outra
100. Escola Superior de Contabilidade e Administração
101. Faculdade de Ciências Humanas
102. Faculdade de Ciências Sociais
103. Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais
104. Faculdade de Economia e Gestão
105. Instituto Superior Politécnico do Oeste
106. Escola Superior de Educação
107. Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes
108. Universidade Lusófona do Porto
109. Universidade Lusíada de Famalicão
110. Universidade Lusíada do Porto
111. Universidade Lusíada de Lisboa
112. Escola Superior de Música, Artes e Espetáculo
113. Universidade Autónoma de Lisboa
114. Escola Superior de Comunicação Social
115. Escola Superior de Teatro e Cinema
116. Escola Superior de Dança
117. Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares
118. Escola Superior de Música
119. Escola Universitária Vasco da Gama
120. Instituto Superior Dom Afonso III
121. Instituto Superior da Maia
122. Instituto Superior de Línguas e Administração
123. Escola Superior de Gestão
124. Escola Superior de Tecnologia
125. Instituto Superior de Ciências Educativas

126. Escola Superior de Tecnologia de Abrantes	
127. Escola Superior de Tecnologia de Tomar	
128. Escola Superior de Tecnologia e Gestão	
129. Instituto Superior de Ciências da Administração	
130. Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo	
131. Escola Superior de Desenvolvimento Social e Comunitário	
132. Escola Superior de Ciência e Tecnologia	
133. Instituto Superior de Novas Profissões	
134. Instituto Superior Autónomo de Estudos Politécnicos	
135. Instituto Superior de Ciências da Saúde - Norte	
Categoria Profissional	Categoria profissional ocupada pelo docente, na IES/ unidade orgânica a que está afeto e que corresponde a uma das categorias definidas, quer para a carreira académica universitária, quer para a politécnica
Subsistema Universitário	
1. Professor Catedrático	
2. Professor Catedrático Convidado	
3. Professor Associado	
4. Professor Associado Convidado	
5. Professor Auxiliar	
6. Professor Auxiliar Convidado Assistente Assistente Convidado	
7. Assistente Estagiário	
8. Assistente Estagiário Convidado	
9. Monitor	
10. Leitor	
11. Outros	
Subsistema Politécnico	
1. Professor Coordenador com Agregação	
2. Professor Coordenador	
3. Equivalente a Professor Coordenador	
4. Professor Adjunto	
5. Equivalente a Professor Adjunto	
6. Assistente do 1º triénio	
7. Assistente do 2º triénio	
8. Equivalente a Assistente	
9. Especialmente contratados	
10. Especialistas	
11. Outros	

Grau	Grau académico mais elevado concluído pelo docente
	1. Doutoramento
	2. Mestrado
	3. Licenciatura
	4. Bacharelato
	5. Outros
Área Científica do Grau	Área científica do grau académico do docente, classificada de acordo com a Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação – CNAEF (Portaria 256/2005).
	1. Programas de base
	8. Alfabetização
	9. Desenvolvimento pessoal
	14. Formação de professores/formadores e ciências da educação (Formação de professores/formadores; ciências da educação; formação de educadores de infância; formação de professores do ensino básico – 1º e 2º ciclos)
	21. Artes (Artes; Belas-Artes; Artes do espetáculo; Audiovisuais e media; Design; Artesanato)
	22. Humanidades (religião e teologia; línguas e literaturas; história e arqueologia; filosofia e ética)
	31. Ciências Sociais e do Comportamento (Psicologia; Sociologia; ciência política e cidadania; economia)
	32. Informação e Jornalismo (jornalismo e reportagem; biblioteconomia, arquivo e documentação)
	34. Ciências Empresariais (comércio; marketing e publicidade; finanças, banca e seguros; contabilidade e fiscalidade; gestão e administração; secretariado e trabalho administrativo; enquadramento na organização/empresa)
	38. Direito
	42. Ciências da Vida (biologia e bioquímica; ciências do ambiente)
	44. Ciências Físicas (física; química; ciências da terra)
	46. Matemática e Estatística
	48. Informática (ciências informáticas; informática na ótica do utilizador)
	52. Engenharia e técnicas afins (metalurgia e metalomecânica; eletricidade e energia; eletrónica e automação; tecnologia dos processos químicos; construção e reparação de veículos a motor)

	54.Indústrias Transformadoras (indústrias alimentares; indústrias do têxtil, calçado e couro; materiais – madeira, cortiça, papel, plástico, vidro e outros; indústrias extrativas)
	58. Arquitetura e construção (Arquitetura e urbanismo; construção civil e engenharia civil)
	62.Agricultura, Silvicultura e pescas (produção agrícola e animal; floricultura e jardinagem; silvicultura e caça; pescas)
	64. Ciências Veterinárias
	72.Saúde (medicina; enfermagem; ciências dentárias; tecnologias de diagnóstico e terapêutica; terapia e reabilitação; ciências farmacêuticas)
	76.Serviços sociais (serviços de apoio a crianças e jovens; trabalho social e orientação)
	81.Serviços pessoais (hotelaria e restauração; turismo e lazer; desporto; serviços domésticos; cuidados de beleza)
	84.Serviços de transporte
	85.Proteção do Ambiente (tecnologia de proteção do ambiente; ambientes naturais e vida selvagem; serviços de saúde pública)
	86. Serviços de Segurança (proteção de pessoas e bens; segurança e higiene no trabalho; segurança militar)
	99. Desconhecido/ Não especificado
Ano do Grau	Ano civil de conclusão do grau mais elevado obtido pelo docente
IES do Grau	Designação da IES conferente do grau mais elevado obtido pelo docente
1. Academia da Força Aérea	
2. Academia Militar	
3. Escola Naval	
4. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna	
5. ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)	
6. Universidade Aberta	
7. Universidade dos Açores	
8. Universidade do Algarve	
9. Universidade de Aveiro	
10. Universidade da Beira Interior	
11. Universidade de Coimbra	
12. Universidade de Évora	
13. Universidade de Lisboa	

14. Universidade Nova de Lisboa
15. Universidade Técnica de Lisboa
16. Universidade da Madeira
17. Universidade do Minho
18. Universidade do Porto
19. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
20. AFIET - Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho
21. ARCA - Associação Recreativa de Coimbra Artística
22. Associação Cognitória S. Jorge de Milréu
23. CESPU - Cooperativa de Ensino Superior Politécnico e Universitário, C.R.L.
24. CEUPA - Cooperativa de Desenvolvimento Universitário e Politécnico do Algarve, C.R.L.
25. COFAC - Cooperativa de Formação e Animação Cultural, C.R.L.
26. CESAP - Cooperativa de Ensino Superior Artístico do Porto
27. CEU - Cooperativa de Ensino Universitário
28. E.I.A. - Ensino, Investigação e Administração, S.A.
29. Egas Moniz - Cooperativa de Ensino Superior, C.R.L.
30. Ensilis - Educação e Formação, S.A.
31. Ensinus - Estudos Superiores, S. A.
32. Fundação Bissaya Barreto
33. Fundação Convento da Orada – Monsaraz
34. Fundação Ensino e Cultura "Fernando Pessoa"
35. Fundação Minerva - Cultura, Ensino e Investigação Científica
36. IADE - Instituto de Artes Visuais, Design e Marketing
37. Instituto Piaget - Cooperativa para o Desenvolvimento Humano, Integral e Ecológico, C.R.L.
38. Instituto Superior Miguel Torga
39. ISPA - Instituto Superior de Psicologia Aplicada, C.R.L.
40. Maiêutica – Cooperativa de Ensino Superior, C.R.L.
41. Universidade Católica Portuguesa
42. Universidade Portucalense Infante D. Henrique
43. Academia da Força Aérea
44. Escola Naval
45. Escola Superior de Enfermagem de Coimbra
46. Escola Superior de Enfermagem de Lisboa
47. Escola Superior de Enfermagem do Porto
48. Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril
49. Escola Superior Náutica Infante D. Henrique
50. Instituto Politécnico de Beja
51. Instituto Politécnico de Bragança
52. Instituto Politécnico de Castelo Branco

53. Instituto Politécnico do Cávado e Ave
54. Instituto Politécnico de Coimbra
55. Instituto Politécnico da Guarda
56. Instituto Politécnico de Leiria
57. Instituto Politécnico de Lisboa
58. Instituto Politécnico de Portalegre
59. Instituto Politécnico do Porto
60. Instituto Politécnico de Santarém
61. Instituto Politécnico de Setúbal
62. Instituto Politécnico de Tomar
63. Instituto Politécnico de Viana do Castelo
64. Instituto Politécnico de Viseu
65. Universidade do Algarve (Politécnico)
66. Universidade de Aveiro (Politécnico)
67. Universidade de Évora (Politécnico)
68. Universidade da Madeira (Politécnico)
69. Universidade do Minho (Politécnico)
70. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Politécnico)
71. Associação de Jardins-Escolas João de Deus
72. API - Associação de Pedagogia Infantil
73. Associação Música - Educação e Cultura
74. Associação Portuguesa de Bancos
75. Associação Santa Maria - Investigação e Desenvolvimento em Educação
76. CEP - Cooperativa de Ensino Politécnico, C.R.L.
77. CESPU - Cooperativa de Ensino Superior Politécnico e Universitário, C.R.L. (Politécnico)
78. CIFAD - Centro de Investigação e Formação em Artes e Design
79. CITE - Cooperativa Universitária de Ensino Científico e Técnico, C.R.L.
80. CODEPA – Centro de Orientação e Documentação de Ensino Particular, S.A.
81. COFAC - Cooperativa de Formação e Animação Cultural, C.R.L. (Politécnico)
82. CESAP - Cooperativa de Ensino Superior Artístico do Porto (Politécnico)
83. Cruz Vermelha Portuguesa
84. Diocese de Santarém
85. E.I.A. - Ensino, Investigação e Administração, S.A. (Politécnico)
86. Egas Moniz - Cooperativa de Ensino Superior, C.R.L. (Politécnico)
87. Ensigest - Gestão de Estabelecimentos de Ensino, S.A.
88. Escola Superior Ribeiro Sanches
89. Espaço Atlântico – Formação Financeira, S.A.
90. Facultas - Gestão de Estabelecimentos de Ensino Superior, S. A.
91. FEDESBAP - Fundação de Ensino e Desenvolvimento de Paços de Brandão
92. FEDRAVE - Fundação para o Estudo e Desenvolvimento da Região de Aveiro

93. Fundação Conservatório Regional de Gaia	
94. Fundação Ensino e Cultura "Fernando Pessoa" (Politécnico)	
95. Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva	
96. Fundação Terras de Santa Maria da Feira	
97. Instituto de Estudos Superiores de Fafe, Lda.	
98. Instituto Leonardo da Vinci	
99. Instituto Piaget - Cooperativa para o Desenvolvimento Humano, Integral e Ecológico, C.R.L. (Politécnico)	
100.PEDAGO - Sociedade de Empreendimentos Pedagógicos, Lda.	
101.Província Portuguesa do Instituto das Irmãs de Santa Doroteia	
102.Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	
103.SESC - Sociedade de Estudos Superiores de Contabilidade, S.A.	
104.Sociedade Promotora de Estabelecimentos de Ensino, Lda.	
105.Universidade Católica Portuguesa (Politécnico)	
106.Universitas, C.R.L.	
107.Universidade Moderna	
108.I. S. S. S. P. - Cooperativa de Ensino Superior de Serviço Social, C.R.L.	
109.Universidade Internacional	
110.ESE - Ensino Superior Empresarial, Lda.	
111.Província Portuguesa da Congregação de São José de Cluny	
112.Universidade Livre	
113.COCITE	
114.Universidade Independente	
115.Centro Europeu De Estudos Superiores De Comunicação Empresarial, S. A.	
116.Escola Superior de Atividades Imobiliárias	
888. Outra	
999. Outra estrangeira	
Coincidência	Aferição da coincidência entre a IES que conferiu o grau mais elevado obtido pelo docente e aquela onde ele exerce a sua atividade profissional, com o objetivo de identificar situações de <i>inbreeding</i>
	1. Mesma IES em que o docente exerce a sua atividade profissional (<i>inbreeding</i>)
	2.Outra universidade nacional pública (situação de não <i>inbreeding</i>)
	3.Outra universidade nacional privada (situação de não <i>inbreeding</i>)
	4.Outro politécnico nacional público (situação de não <i>inbreeding</i>)
	5.Outro politécnico nacional privado (situação de não <i>inbreeding</i>)

	6.Outra IES estrangeira (situação de não <i>inbreeding</i>)
	7.Outras IES (situação de não <i>inbreeding</i>)
Regime de Tempo	Regime de tempo em que o docente exerce a sua atividade profissional na IES à qual se encontra vinculado
	1.TIEX – Tempo Integral com Exclusividade (100% com exclusividade)
	2.TI – Tempo Integral (100%)
	3.TP - Tempo Parcial (superior a 20% e inferior a 100%)
	4.Outros (inferior a 20%)
Outro Grau	Grau académico, obtido pelo docente, para além do grau mais elevado
	1.Doutoramento
	2.Mestrado
	3.Licenciatura
	4.Bacharelato
	5.Outros
Outro Grau 2	Grau académico, obtido pelo docente, para além do grau mais elevado
	1.Doutoramento
	2.Mestrado
	3.Licenciatura
	4.Bacharelato
	5.Outros
Outro Grau 3	Grau académico, obtido pelo docente, para além do grau mais elevado
	1.Doutoramento
	2.Mestrado
	3.Licenciatura
	4.Bacharelato
	5.Outros
Outro Título	Outro título detido pelo docente, além do grau académico
	1.Pós-graduação
	2.Pós-doc
	3.Provas de aptidão pedagógica
	4.Agregação
	5. Outros

Outro Título 2	1.Pós-graduação
	2.Pós-doc
	3.Provas de aptidão pedagógica
	4.Agregação
	5.Outros
Área Grau Doutorado	Área científica do doutorado, com base na classificação da área científica do grau mais elevado
Ano Grau Doutorado	Ano civil de conclusão do doutorado
Instituição de Doutorado	Instituição de ensino superior que conferiu o grau de doutorado
	1.Mesma IES à qual o docente se encontra vinculado
	2.Outra universidade nacional pública
	3.Outra universidade nacional privada
	4.Outro politécnico nacional público
	5.Outro politécnico nacional privado
	6.Outra IES estrangeira
	7.Outras IES
Área Grau Mestrado	Área científica do grau de mestrado, com base na classificação da área científica do grau mais elevado
Ano Grau Mestrado	Ano civil de conclusão do mestrado
Instituição Grau Mestrado	Instituição de ensino superior que conferiu o grau de mestrado
	1.Mesma IES à qual o docente se encontra vinculado
	2.Outra universidade nacional pública
	3.Outra universidade nacional privada
	4.Outro politécnico nacional público
	5.Outro politécnico nacional privado
	6.Outra IES estrangeira
	7.Outras IES

Área Grau Mestrado 2	Área científica do grau de mestrado, com base na classificação da área científica do grau mais elevado
Ano Grau Mestrado2	Ano civil de conclusão do mestrado
Instituição Grau Mestrado2	Instituição de ensino superior que conferiu o grau de mestrado
	1.Mesma IES à qual o docente se encontra vinculado
	2.Outra universidade nacional pública
	3.Outra universidade nacional privada
	4.Outro politécnico nacional público
	5.Outro politécnico nacional privado
	6.Outra IES estrangeira
7.Outras IES	
Área Grau Licenciatura	Área científica do grau de licenciatura, com base na classificação da área científica do grau mais elevado
Ano Grau Licenciatura	Ano civil de conclusão da licenciatura
Instituição Grau Licenciatura:	Instituição de ensino superior que conferiu o grau de licenciatura
	1.Mesma IES à qual o docente se encontra vinculado
	2.Outra universidade nacional pública
	3.Outra universidade nacional privada
	4.Outro politécnico nacional público
	5.Outro politécnico nacional privado
	6.Outra IES estrangeira
7.Outras IES	
Área Grau Licenciatura2	Área científica do grau de licenciatura, com base na classificação da área científica do grau mais elevado
Ano Grau Licenciatura2	Ano civil de conclusão da licenciatura
Instituição Grau Licenciatura2	Instituição de ensino superior que conferiu o grau de licenciatura
	1.Mesma IES à qual o docente se encontra vinculado

	2.Outra universidade nacional pública
	3.Outra universidade nacional privada
	4.Outro politécnico nacional público
	5.Outro politécnico nacional privado
	6.Outra IES estrangeira
	7.Outras IES
Área Grau Bacharelato	Área científica do grau de bacharelato, com base na classificação da área científica do grau mais elevado
Ano Grau Bacharelato	Ano civil de conclusão do bacharelato
Instituição Grau Bacharelato	Instituição de ensino superior que conferiu o grau de bacharelato
	1.Mesma IES à qual o docente se encontra vinculado
	2.Outra universidade nacional pública
	3.Outra universidade nacional privada
	4.Outro politécnico nacional público
	5.Outro politécnico nacional privado
	6.Outra IES estrangeira
	7.Outras IES
Área Grau Outro	Área científica de outro grau, com base na classificação da área científica do grau mais elevado
Ano Grau Outro	Ano civil de conclusão de outro grau
Instituição Grau Outro	Instituição de ensino superior que conferiu o grau de bacharelato
	1.Mesma IES à qual o docente se encontra vinculado
	2.Outra universidade nacional pública
	3.Outra universidade nacional privada
	4.Outro politécnico nacional público
	5.Outro politécnico nacional privado
	6.Outra IES estrangeira
	7.Outras IES
Área título Pós-graduação	Área científica da pós-graduação, com base na classificação da área científica do grau mais elevado

Ano título Pós-graduação	Ano civil de conclusão da pós-graduação
Instituição Título Pós-graduação	Instituição de ensino superior que conferiu o título de pós-graduação
	1.Mesma IES à qual o docente se encontra vinculado
	2.Outra universidade nacional pública
	3.Outra universidade nacional privada
	4.Outro politécnico nacional público
	5.Outro politécnico nacional privado
	6.Outra IES estrangeira
	7.Outras IES
Área Título Pós-graduação2	Área científica da pós-graduação, com base na classificação da área científica do grau mais elevado
Ano Título Pós-graduação	Ano civil de conclusão da pós-graduação
Instituição Título Pós-graduação2	Instituição de ensino superior que conferiu o título de pós-graduação
	1.Mesma IES à qual o docente se encontra vinculado
	2.Outra universidade nacional pública
	3.Outra universidade nacional privada
	4.Outro politécnico nacional público
	5.Outro politécnico nacional privado
	6.Outra IES estrangeira
	7.Outras IES
Área Título Pós-doutoramento	Área científica do pós-doutoramento, com base na classificação da área científica do grau mais elevado
Ano Título Pós-doutoramento	Ano civil de conclusão do pós-doutoramento
Instituição Título Pós-doutoramento	Instituição de ensino superior que conferiu o título de pós-doutoramento
	1.Mesma IES à qual o docente se encontra vinculado
	2.Outra universidade nacional pública
	3.Outra universidade nacional privada

	4.Outro politécnico nacional público
	5.Outro politécnico nacional privado
	6.Outra IES estrangeira
	7.Outras IES
Área Título Pós-doutoramento2	Área científica do pós-doutoramento, com base na classificação da área científica do grau mais elevado
Ano Título Pós-doutoramento2	Ano civil de conclusão do pós-doutoramento
Instituição Título Pós-doutoramento2	Instituição de ensino superior que conferiu o título de pós-doutoramento
	1.Mesma IES à qual o docente se encontra vinculado
	2.Outra universidade nacional pública
	3.Outra universidade nacional privada
	4.Outro politécnico nacional público
	5.Outro politécnico nacional privado
	6.Outra IES estrangeira
	7.Outras IES
Área Título Provas de Aptidão Pedagógica	Área científica das provas de aptidão pedagógica, com base na classificação da área científica do grau mais elevado
Ano Título Provas de Aptidão Pedagógica	Ano civil de conclusão das provas de aptidão pedagógica
Instituição Título Provas de Aptidão Pedagógica	Instituição de ensino superior que conferiu o título de provas de aptidão pedagógica
	1.Mesma IES à qual o docente se encontra vinculado
	2.Outra universidade nacional pública
	3.Outra universidade nacional privada
	4.Outro politécnico nacional público
	5.Outro politécnico nacional privado
	6.Outra IES estrangeira
	7.Outras IES

Área Título Provas de Aptidão Pedagógica2	Área científica das provas de aptidão pedagógica, com base na classificação da área científica do grau mais elevado
Ano Título Provas de Aptidão Pedagógica2	Ano civil de conclusão das provas de aptidão pedagógica
Instituição Título Provas de Aptidão Pedagógica2	Instituição de ensino superior que conferiu o título de provas de aptidão pedagógica
	1.Mesma IES à qual o docente se encontra vinculado
	2.Outra universidade nacional pública
	3.Outra universidade nacional privada
	4.Outro politécnico nacional público
	5.Outro politécnico nacional privado
	6.Outra IES estrangeira
	7.Outras IES
Área Título Agregação	Área científica da agregação, com base na classificação usada para classificar a área científica do grau mais elevado
Ano Título Agregação	Ano civil de conclusão da agregação
Instituição Título Agregação	Instituição de ensino superior que conferiu o título de agregação
	1.Mesma IES à qual o docente se encontra vinculado
	2.Outra universidade nacional pública
	3.Outra universidade nacional privada
	4.Outro politécnico nacional público
	5.Outro politécnico nacional privado
	6.Outra IES estrangeira
	7.Outras IES
Área Título Outro	Área científica de outro título, com base na classificação usada para classificar a área científica do grau mais elevado
Ano Título Outro	Ano civil de conclusão de outro título

Instituição Título Outro	Instituição de ensino superior que conferiu o outro título
	1.Mesma IES à qual o docente se encontra vinculado
	2.Outra universidade nacional pública
	3.Outra universidade nacional privada
	4.Outro politécnico nacional público
	5.Outro politécnico nacional privado
	6.Outra IES estrangeira
	7.Outras IES
Referências	Informação relativa às cinco referências de investigação e/ou atividades de desenvolvimento profissional de alto nível, assumidas como as 5 referências bibliográficas, ou publicações científicas dos docentes.
Referências 1/2/3/4/5	As referências/publicações 1, 2, 3, 4 e 5, mencionadas pelos docentes, classificadas de acordo com a seguinte tipologia:
	1. Livros nacionais 2. Livros internacionais 3. Capítulos nacionais 4. Capítulos internacionais 5. Artigos nacionais 6. Artigos internacionais 7. Artigos atas nacionais 8. Artigos atas internacionais 9. Atividade artística 10. Teses/dissertações 11. Outros
Experiência Profissional Relevante	Informação relativa às 5 referências a experiências profissionais relevantes dos docentes, tanto do âmbito académico – Experiência Académica - como do Extra-Académico – Experiência Extra Académica.
Experiência Académica 1/2/3/4/5/	As experiências académicas relevantes 1, 2, 3, 4 e 5, classificadas de acordo com a seguinte tipologia:
	1. Gestão de Topo (universidades, politécnicos) 2. Gestão intermédia (faculdades, escola e departamentos) 3. Gestão científica e pedagógica (cursos, conselho pedagógico, conselho científico, etc.) 4. Comissões/grupos diversos (qualidade, avaliação, etc.) 5. Docência noutra instituição de ensino superior

	6. Docência noutra instituição de ensino (não superior) 7. Participação em projetos de investigação 8. Coordenação unidades e/ou grupos de investigação 9. Outros
Experiência Extra-Académica 1/2/3/4/5/	As experiências extra-académicas relevantes 1, 2, 3, 4 e 5, classificadas de acordo com a seguinte tipologia: 1. Órgãos governo central 2. Órgãos governo local e regional 3. Instituições públicas ou semipúblicos (sem fins lucrativos) 4. Instituições internacionais Organizações privadas 5. Consultoria 6. Investigação e Desenvolvimento (coordenação e/ou investigação em empresas ou unidades privadas) 7. Outras

